



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 036

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MAIO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Elton Carlos Welter e José Maria Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e cinco Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 010/2004

Curitiba, 28 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Em aditamento à Mensagem nº 006/2004, datada de 02 de março próximo passado, venho à presença de V. Exa. a fim de solicitar providências no sentido de que ao artigo 1º, do anteprojeto de lei através dela encaminhado à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, seja incluído parágrafo 5º, com a seguinte redação:

“§ 5º - Para fins de incidência do limite máximo de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003”.

As disposições que se pretende sejam acrescentadas no projeto de lei oriundo da citada Mensagem nº 006/2004, são necessárias e oportunas a fim de que, nos limites máximos de remuneração propostos, não haja, em relação aos agentes de aviação, incidência sobre parcelas da vantagem denominada “adicional de vôo” de que cuida a Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003, percebida pelos pilotos das aeronaves do Estado, justificando-se tal proposição, pela natureza especial da referida vantagem.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Ofícios:

Sob o nº CTL/CC/41/04, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/42/2004, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da Deputada Elza Correia, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE por julgá-lo contrário ao

interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/44/2004, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do Deputado Mauro Moraes, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/50/2004, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 653/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/45/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC/38, 40, 43, 46, 47, 48 e 49/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

568/2003 - de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná, à Sra. Tomi Nakagawa, o qual foi convertido em Lei nº 14.355. **Anote-se. Arquivo-se.**

605/2003 - de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que institui no âmbito do Estado do Paraná, a Semana e o Dia do Tropeiro, o qual foi convertido em Lei nº 14.356. **Anote-se. Arquivo-se.**

078/2003 - De autoria do Deputado André Vargas, que dispõe sobre a primeira semana da primavera, como data comemorativa da Semana da Paz, que passa a fazer parte do calendário de comemorações do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.357. **Anote-se. Arquivo-se.**

427/2003 de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe que os Escritórios de Assistência Judiciária Gratuita, mantidos pelos Cursos de Direito das Universidades Públicas Estaduais deverão manter plantões para atendimento de casos de prisão em flagrante, o qual foi convertido em Lei nº 14.359. **Anote-se. Arquivo-se.**

380/2003 - De autoria do Deputado Waldir Leite, que obriga os Centros de Formação de Condutores a anexar, nos processos de emissão da Carteira Nacional de Habilitação, as notas fiscais de prestação de serviços, o qual foi convertido em Lei nº 14.360. **Anote-se. Arquivo-se.**

500/2003 - de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação conforme especifica, da Lei nº 7.962/84, o qual foi convertido em Lei nº 14.361. **Anote-se. Arquivo-se.**

163/2003 - De autoria do Deputado Luciano Ducci, que veda discriminação aos portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS, o qual foi convertido em Lei nº 14.362. **Anote-se. Arquivo-se.**

Sob o nº 78/2004, da Sra. Eleonora Bonato Fruet, Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas no 1º trimestre de 2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 207/2004, do Sr. Desembargador Jesus Sarrão, comunicando que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 115.004-3, tendo como autor o Governador do Estado e interessada a Assembléia Legislativa do Estado, que por unanimidade de votos, foi julgada procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 13.123, de 21 de março de 2001, por violação dos artigos 72 e 66, IV, da Constituição Estadual. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/051/2004, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, restituindo os Projetos de Lei nºs 008/04, 014/04, 041/03, 043/03, 048/03, 347/03, 387/03, 536/03, 671/03, 674/03, 679/03, 700/03, 710/03, 711/03, 731/03 e 735/03, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 069/2004, do Sr. Martin Roeder, Diretor-Presidente da FERROESTE, encaminhando Relatório de Atividades referente ao exercício de 2003, acompanhado das Demonstrações Financeiras. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 043/2004

Senhor Presidente:

O Líder do PT, representado neste ato pelo Deputado Estadual Pedro Ivo Ilkiv, vem por meio deste informar que será designado o deputado Hermes Fonseca para ser membro da Comissão Especial da Reforma da Constituição.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 014/2004

Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública:

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa, respeitosamente, para solicitar estudos visando à construção de um Distrito Policial na Zona Sul de Londrina, com desti-

nação de recursos orçamentários e início das obras no próximo exercício.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da Zona Sul se sentem desprovidos de proteção policial e, com justa razão, pleiteiam a construção de um Distrito Policial na região.

Ocorre que o atendimento policial à Zona Sul, é de responsabilidade do 4º Distrito, que está localizado na via Expressa e, portanto, distante dos bairros mais populosos da região. Com isso a ação da Polícia para o atendimento das inúmeras ocorrências dali, fica prejudicada.

INDICAÇÃO Nº 015/2004

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi:

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja estadualizado a Estrada Intermunicipal que vai do Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região, acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Com a conservação pelo DER - 5ª Região desta estrada com cerca de sessenta quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região estaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também uma maior arrecadação estadual.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 016/2004

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento:

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja obrigatória a sinalização luminosa para o período noturno, em todos os vagões de trem;

II - que a sinalização consista em uma tarja luminosa na extensão total das laterais de cada vagão, com largura de 30 cm.

III - aplicar-se-á pena de multa de R\$1.000,00 (um mil reais) para cada vagão não sinalizado e, em caso de reincidência, até o valor de 10 vezes o valor da multa inicial.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Constata-se ser crescente a utilização da malha rodoviária no Estado do Paraná, quiçá após privatização de seu uso, o que vem ampliando sua utilização.

O número de acidentes de veículos ou pessoas com vagões e locomotivas é alarmante, principalmente em estradas municipais ou trechos criados pelos próprios municípios.

Desta feita, o risco com acidentes envolvendo veículos automotores e locomotivas é crescente, uma vez não ocorrer qualquer sinalização nos vagões do trem, mas apenas nas locomotivas.

O presente projeto visa, portanto, a segurança que costumeiramente trafegam nas proximidades de trilhos.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados da Bancada do PT indicam o Deputado Nelsinho Dal Santos para substituir o Deputado André Vargas, na suplência da CPI do porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) NATÁLIO STICA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Vice-Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar o Deputado Hermes Fonseca, para compor a comissão que irá analisar a emenda à Constituição Estadual, proposta através da Proposição nº 22/2004.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 732

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária de 04.05.2004, em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 002/2004.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(aa) ALEXANDRE CURI, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, NELSON TURECK, FELIPE LUCAS, NATÁLIO STICA, ANTONIO ANIBELLI, DOBRANDINO DA SILVA, NEREU MOURA, VANDERLEI IENSEN, TADEU VENERI, FRANCISCO BÜHRER, ARTAGÃO JÚNIOR, NELSON GARCIA, MARCOS ISFER, CIDA BORGHETTI, ELZA CORREIA, GERALDO CARTÁRIO e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 713

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja arquivado o Projeto de Lei nº 477/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 03.05.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado horário na Sessão Plenária, no próximo dia 08 de junho, no Grande Expediente, para comemoração dos 70 anos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 696

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, a autorização para que seja criada e instalada a Frente Parlamentar Universidade Para Todos, neste plenarinho, no dia 17 de maio de 2004, às 10h00, para audiência pública a favor da Universidade para Todos.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Frente Parlamentar Universidade Para Todos tem por objetivo promover a igualdade de direito para o acesso ao ensino superior do País, beneficiando grupos populacionais historicamente discriminados: a população negra, a indígena, os portadores de necessidades especiais, populações carentes, de terceira idade, os pobres e os ex-presidiários, entre outros segmentos so-ciais.

Considerando que um País para todos se constrói a partir de estratégias de inclusão dos indivíduos e de grupos que se encontram em desvantagens sociais, raciais. Neste sentido, para pensar alternativas de solução de combate à pobreza, exclusão social e racial é pertinente levar em conta os debates acerca dos direitos humanos, os direitos sociais, econômicos e culturais, imperativos, morais, éticos e políticos, e o direito à vida como responsabilidade dos países.

No Brasil, felizmente, o atual contexto tem privilegiado e assumido critérios de proporcionalidade nas relações sociais e raciais. A igualdade proporcional ou igualdade das relações está relacionada com a distribuição de benefícios aos mais necessitados. Esse critério atribui partes diferentes a pessoas diferentes segundo suas necessidades e estrutura. Seria pensar políticas específicas para um grupo que tem desvantagens sociais como: negros, índios e portadores de necessidades espe-

ciais; mas, também, pobres, idosos e ex-presidiários. Este é o objetivo precípua do Programa Universidade Para Todos.

Este Programa surge como um marco histórico no combate à pobreza, miséria e exclusão social e racial que estão submetidos esses grupos, porque contrapõe os dados atuais demonstrando que as políticas universalistas no decorrer da história não foram eficientes para alterar a exclusão social dos negros, índios, portadores de necessidades especiais, mas também dos pobres, idosos e ex-presidiários.

Universidade Para Todos se traduz como uma política social de inclusão imprescindível no ensino superior do país, devido à percepção correta de que as desigualdades sociais e raciais existentes não sejam fruto da responsabilidade pessoal de cada indivíduo ou grupo. Por isso mesmo, no que se refere às políticas de ações afirmativas específicas de combate à pobreza, miséria, exclusão social e racial, só conseguiria um resultado efetivo e positivo se implementasse políticas com intuito de promoção de igualdade, tratando de forma igual os desiguais.

No caso do ensino superior, sabe-se que a proporção de pobres matriculados nas universidades é muito pequena, no mesmo sentido os negros e os indígenas. O projeto inova na medida em que trabalha com a inclusão educacional.

O Programa Universidade Para Todos, combate esta estrutura historicamente desigual que tem emperrado o avanço de negros, índios portadores de necessidades especiais e outros segmentos sociais, a efetiva igualdade de oportunidade e de direitos, que todos temos numa sociedade democrática.

Diante do exposto, solicito as dependências deste plenário, para que junto com os nobres Pares, na qualidade de legítimos representantes do povo brasileiro, possamos instalar a Frente Parlamentar Universidade Para Todos, numa audiência pública que será realizada no dia 17 de maio de 2004, às 10 horas.

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença de 121 (cento e vinte e um) dias, para tratamento de saúde, a partir de 03 de maio de 2004, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**COORDENADORIA MÉDICA
LAUDO MÉDICO Nº 021/2004**

Aos três dias do mês de maio de 2004, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em EDSON PRACZYK, concluiu achar-se o mesmo com CID E.66 I 73 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas

de morte), tendo-lhe sido concedido 121 (cento e vinte e um) dias de licença para tratamento, a partir de 03/05/2004 e término em 30/08/2004.

(a) ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE

REQUERIMENTO Nº 698

Senhor Presidente:

Pelo presente, vimos REQUERER a V. Exa., espaço para uso da tribuna deste Plenário, no Grande Expediente na Sessão Plenária de terça-feira, dia 11 de maio, por parte da Organização Pró-Medicina de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da ilustre Sra. Aparecida Mariani.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre Sr. Pedro Cortez, Presidente do PDT de Telêmaco Borba.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento, que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão de hoje, de congratulações efusivas ao Sr. Edson Wasem, Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, ao Sr. Alaor Bressan, Presidente da AMS - Marechal Cândido Rondon, ao Sr. Romeu Carlos Royer, da Associação Paranaense de Suinocultores, pela exemplar organização, o que resultou no largo sucesso da 1ª Festa do Leitão à Marechal Cândido Rondon, cujo evento festivo ocorreu no último dia 25 de abril, na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Os cumprimentos aqui requeridos são inte-

gralmente extensivos a todas as pessoas que estiveram envolvidas na organização dessa grande festa.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão de votos de contínuo sucesso, ao Sr. Edson Wasem, Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, à Rua Espírito Santo, 777; ao Sr. Alaor Bressan, Presidente da AMS-MCR, Linha Ouro Verde, Distrito de Iguaporã; e ao Sr. Romeu Carlos Royer, à Rua Sergipe, 1040, todos os endereços no Município de Marechal Cândido Rondon - CEP: 85960-000.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão de hoje, de felicitações efusivas ao povo e à Administração Pública de Nova Santa Rosa pela passagem de seu 28º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa, cujos festejos ocorreram de 17 de abril a 02 de maio de 2004.

Formula-se também cumprimentos ao Sr. Antonio Caldeira de Moura, Prefeito Municipal; ao Sr. Vereador Osmar Schalenberg, Presidente da Câmara Municipal; e ao Sr. Plínio Ari Schütz, Presidente da ACINSAR, pela exemplar e bem conduzida organização de todos os festejos e eventos alusivos à data comemorativa.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão de votos de contínuo sucesso, ao Sr. Antonio Caldeira de Moura, Prefeito Municipal, à Avenida Tucunduva, 833; ao Sr. Vereador Osmar Schalenberg, Presidente da Câmara Municipal, à Rua Maripá, 892; e ao Sr. Plínio Ari Schütz, Presidente da ACINSAR, à Avenida Horizontina, 1300 - CEP: 85960-000, todos no Município de Nova Santa Rosa-PR.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de especiais congratulações ao Sr. Nilvo Perlin, Prefeito Municipal de Serranópolis do Iguaçu, à Sra. Ninfa Mercedes Usenheimer, Vice-Prefeita do mencionado Município; e ao Sr. Ademar Simioni, coordenador do evento pela exemplar e bem conduzida organização da ExpoSerranópolis e da 1ª Festa do Vitela, eventos realizados nos dias 30 de abril, 1º e 02 de maio de 2004, no Município antes citado, formulando

votos para que os futuros festejos alcancem sucesso ainda maior.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão de votos de contínuo bom êxito, ao Sr. Nilvo Perlin, Prefeito Municipal, à Sra. Ninfa Mercedes Usenheimer, Vice-Prefeita, e ao Sr. Ademir Simioni, coordenador dos festejos antes referenciados, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguaçu, à Avenida Independência, 150 - CEP: 85885-000-PR.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária de hoje, de especiais congratulações aos Srs. Waldomiro Klem, Presidente, e Altair Schumann, Tesoureiro, respectivamente, pela exemplar e bem conduzida organização da XII Festa do Matambre Recheado, do Distrito de Bom Jardim, no Município de Marechal Cândido Rondon, cujo evento ocorreu na data de ontem, ocasião em que também aconteceu a inauguração da ampliação do pavilhão comunitário da localidade. Os cumprimentos aqui requeridos são extensivos integralmente a todas as pessoas que trabalharam para o largo sucesso do evento.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar proponente desta, requer seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo bom êxito, aos homenageados acima nominados, através de correspondência a ser encaminhada ao Distrito de Bom Jardim, Município de Marechal Cândido Rondon - CEP: 85960-000-PR

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 709

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao escritor e jornalista Fábio Campana pelo lançamento de seu novo trabalho literário, intitulado "Todo o Sangue".

O presente voto se justifica em função da importância do livro para o enriquecimento da arte e cultura em Curitiba, e daqui, em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoiamento:

André Vargas.

REQUERIMENTO Nº 711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde Humberto Costa, pela instalação de UTI's em hospitais do Município de Ponta Grossa que beneficiam toda a região dos Campos Gerais bem como pela liberação de recursos para o Hospital da Criança e para o Pronto Socorro Municipal do mesmo Município.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento ao Ministro: Ministério da Saúde - Esplanada dos Ministérios, Bloco G, CEP: 70058-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Sr. Governador Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, pela instalação de UTI's em hospitais do Município de Ponta Grossa que beneficiam toda a região dos Campos Gerais bem como pela liberação de recursos para o Hospital da Criança e para o Pronto Socorro Municipal do mesmo Município.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento aos interessados.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do Município de Imbituva, através de seu Prefeito, Sr. José Antonio Pantarollo, pela passagem do aniversário de emancipação política do Município, comemorado no dia de hoje.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Rua Prof. José Buher Jr., nº 462 - CEP: 84430-000 - Imbituva-PR.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Raul Zanoni.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade londrinense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Maria Lúcia Victor Barbosa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por esta senhora, prestados à comunidade londrinense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Presidente da ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina, Sr. David Dequech Neto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade londrinense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária de hoje, de especiais felicitações ao senhor engenheiro Marco Antonio Guilherme, por sua posse como Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná - SINDUSCON-Oeste-PR, no último dia 30 de abril, na Cidade de Cascavel formulando angústias de profícua gestão e de largo sucesso na presidência da entidade classista, cujos votos são integralmente extensivos aos demais componentes do quadro diretivo, gestão 2004/2005.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente desta, requer seja dado ciência da mesma, com votos de contínuo bom êxito, ao senhor engenheiro Marco Antonio Guilherme, à Avenida Assunção, 690 - CEP: 85805-030 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de agradecimentos ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, pelo reconhecimento do Curso de Engenharia de Produção Agro-Industrial da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Em 1972, foi fundada a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, tendo como mantenedora uma Fundação referente à mesma. Iniciou suas atividades com três cursos: Pedagogia, Letras e Estudos Sociais Licenciatura Curta.

Em 1979, houve a inclusão de mais três cursos: Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Em 1984, o curso de Estudos Sociais transformou-se no curso de Geografia Licenciatura Plena.

A faculdade, em 1987 passa a ser instituída pelo Governo Estadual, mudando sua denominação para Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

- Em 1997, Cursos novos, com atendimento à demanda regional (Engenharia de Produção Agro-Industrial - o 1º do Estado e o 2º do País, Matemática - numa circunscrição educacional onde a carência de professores na área é de 98%).

Hoje, a FECILCAM atende a comunidade dos Municípios da COMCAM com a população de 406.191 habitantes distribuída em 25 municípios, além de atender, também, demanda nacional. São oriundos de seu quadro, acadêmico de várias Cidades do Paraná e de vários outros Estados do País.

O reconhecimento do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial vem de anseio à comunidade acadêmica e à população da COMCAM.

Ele complementa a lei que criou o Pólo da Indústria de Alimentos em Campo Mourão-PR, fortalecendo o desenvolvimento da agroindústria regional.

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja sugerido à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ desta Casa de Leis, que todas as matérias apreciadas que forem rejeitadas por inconstitu-

cionalidade sejam remetidas à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, da Câmara dos Deputados e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJC do Senado Federal, para que assim possam ser avaliadas as dificuldades possíveis e cabíveis quando de reformas ou apresentação de emendas à Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 714

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, pedindo a implantação de um redutor de velocidade, na PR-445, Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375, Londrina-PR. A via existente não oferece mais segurança nem condição de tráfego de pedestres e motoristas, prejudicando a comunidade daquela região.

Em dias recentes foi atropelado o Sr. Antonio Kishimo, grande pesquisador, que não só para a família, mas sim para toda a comunidade deixou grande saudade.

Requer outrossim que após decisão do Plenário, seja enviado expediente ao Governo do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhando expediente ao Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações/justificativas sobre o não cumprimento do disposto no parágrafo 3º, do artigo 66 da Lei Complementar nº 92/2002.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo citado e, até a presente data, não cumprido, afeta diretamente a remuneração dos auditores fiscais da Receita Estadual que, após anos e anos de lutas, obtiveram através da L.C. 92/2002 o tão esperado plano de carreira.

Já no ano de 2003, o cumprimento da obrigação alborgada pelo diploma legal mencionado, teve sua eficácia postergada em aproximadamente seis meses, sendo que no presente ano nenhuma informação foi dada sobre os motivos do descumprimento verificado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 146/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grêmio Esportivo e Recreativo Barigüi I, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Grêmio Esportivo e Recreativo Barigüi I, é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, que tem por finalidade desenvolver a melhoria das condições de vida da comunidade através do esporte, bem como desenvolver cursos de alfabetização aos idosos e de capacitação para jovens, conforme consta nos anexos.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta egrégia Casa de Leis, no presente plano de lei, por apresentar o caráter meritório como se justifica.

PROJETO DE LEI Nº 147/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal do trecho que vai do Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campo do Simão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Com a conservação pelo DER - 5ª Região desta estrada com cerca de 60 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também uma maior arrecadação estadual.

PROJETO DE LEI Nº 148/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ao estabelecimento comercial que fornecer, ofertar, cobrar ou expor à venda produto em desacordo com o preço indicado e exposto em seus estabelecimentos ou propagandas é obrigatória a imediata indenização ao consumidor, consistente na entrega do produto adquirido sem ônus ao consumidor.

§ 1º - É vedado aos estabelecimentos comerciais ofertar, fornecer, expor à venda ou cobrar do consumidor produto igual, porém, com dimensões, cortes, quantidade ou peso, nomes ou marcas distintos, em desacordo com a oferta inicial, exigindo-lhe preço diverso ou desproporcional ao produto inicialmente ofertado.

§ 2º - O consumidor que não receber imediatamente o produto sem o respectivo pagamento deverá acionar o órgão competente local, que garantirá, a título de indenização, a imediata entrega de 50 (cinquenta) vezes o valor do produto adquirido, cujo preço encontrava-se adulterado.

§ 3º - Independente da indenização imediata referida no *caput* deste artigo, deverá o consumidor informar a irregularidade ao órgão competente, para fins de regularização ou aplicação de multa.

Art. 2º - Averiguada a existência de produto com preço contrário ao ofertado, deverá o estabelecimento comercial, imediatamente, alterar o valor do mesmo de acordo com o preço ofertado.

§ 1º - Não sendo possível a alteração do valor do produto, o estabelecimento comercial deverá retirá-lo de exposição ou impossibilitar seu acesso ou compra, até sua efetiva regularização.

§ 2º - O órgão competente aplicará a pena de fechamento do estabelecimento comercial pelo prazo de 3 (três) dias quando deixar realizar a alteração do valor do produto de acordo com o ofertado ou não retirá-lo de exposição, somente podendo ser reaberto quando sanada a irregularidade.

§ 3º - Em caso de reincidência do estabelecimento comercial em ofertar, fornecer ou cobrar produto com preço em desacordo com o ofertado, será aplicada a pena de multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais).

§ 4º - Tendo o consumidor exigido a regulamentação do preço é garantida a sua permanência na caixa ou local de pagamento em que a compra estava sendo realizada.

Art. 3º - Ao consumidor que tiver de recorrer ao Poder Judiciário para garantir o cumprimento da presente lei, será garantido, para efeitos de indenização, o pagamento do valor de 200 (duzentas) a 2000 (duas mil) vezes o valor do produto.

Parágrafo Único - Para efeitos de indenização, é garantida ao consumidor a expedição, pelo órgão cuja reclamação foi registrada, a emissão de certidão positiva, onde conste a origem e veracidade da reclamação fiscalizada.

Art. 4º - Para garantir o cumprimento da presente lei os órgãos competentes deverão manter funcionários em plantão no período noturno, sábados, domingos e feriados, tudo de acordo com a necessidade habitacional local.

Art. 5º - Os estabelecimentos comerciais são obrigados a afixar em edital a presente lei em lugar de fácil visualização. O edital observará o tamanho de papel ofício, letras tipo "arial" e tamanho "18", estes últimos conforme configuração internacional do sistema Windows de programas de computação.

Parágrafo Único - O estabelecimento comercial que deixar de dar publicidade à presente lei, incorrerá em multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) e, em caso de reincidência, em multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 6º - Os estabelecimentos comerciais deverão manter afixados em seus caixas o número telefônico e endereçado dos órgãos competentes, sob pena de incidência de multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e, em caso de reincidência, em multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 7º - O Poder Executivo garantirá meios e condições para dar efetividade à presente lei.

Art. 8º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8.078/90, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, estabelece a obrigatoriedade da correta informação sobre os produtos e preços apresentados pelos fornecedores.

O artigo 6º da referida lei dispõe sobre os direitos do consumidor, como:

"III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos e desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

VI - a efetiva prevenção e preparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivo ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados."

Já o artigo 20, no tocante a responsabilidade por vício do produto ou serviço, no mesmo CODEX determinou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e o abatimento proporcional do preço.

Quando a lei refere-se à oferta (artigo 30), determina que "toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços ofereci-

dos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado” e, mais adiante em seu artigo 35, estipula que se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha: I - exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade: III - rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e perdas e danos.

Por fim, a lei de defesa do consumidor estabelece que é defeso elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

Neste diapasão, insere-se oportuna a presente lei, no intuito de dar efetividade ao Código de Defesa do Consumidor, assegurado a ausência de desmandos por estabelecimentos comerciais em ofertar ou expor um produto, sem lhe garantir o preço.

A necessidade de tal medida registra-se no momento em que ao consumidor não lhe é garantida legalmente nenhuma segurança para efetivar seus direitos e, no entanto, aos estabelecimentos comerciais é dado o poder de subjugar o consumidor, posto que este não possui outro meio senão o acesso ao Judiciário o que, por vezes, torna-se inviável, seja pelo valor inexpressivo, seja pelo transtorno do próprio trâmite de uma ação na Justiça.

As multas aplicadas possuem o condão de não submeter os estabelecimentos comerciais a uma indústria da indenização, bem como forçam-no a apresentar o produto de acordo com a oferta.

Sendo assim, apresenta-se a presente proposição, para submeter à apreciação desta Casa de Leis, e estando em conformidade com a legislação pertinente, espera-se contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente.

PROJETO DE LEI Nº 149/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a União das Associações de Francisco Beltrão/PR, com sede e foro em Francisco Beltrão/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A União das Associações de Francisco Beltrão/PR, denominada abreviadamente UNIBEL, é uma entidade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e foro em Francisco Beltrão/PR, que objetiva encaminhar as reivindicações comuns da população dos bairros, vilas,

conjuntos habitacionais, distritos, comunidades rurais, de entidades beneficentes e de produtores em geral.

A entidade dedica-se a buscar soluções para os problemas que afligem seus associados, atuando nas áreas de urbanização, habitação, segurança, transporte coletivo, saúde, educação, creche, assistência social, lazer, produção agrícola, estradas vicinais, meio ambiente e tudo o mais que se relacione ao bem-estar e à melhora da qualidade de vida da população.

Assim sendo, podemos dizer que a UNIBEL dedica-se à nobre função de conferir cidadania aos seus associados, prestando-lhes um indispensável serviço de Utilidade Pública. A união da população em torno de uma entidade comum permite um atendimento mais rápido de suas reivindicações, motivo pelo qual contamos com a aprovação do presente projeto de lei pelos nobres Parlamentares desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 150/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Famílias e Amigos do Sacolão Comunitário do Conjunto Residencial Branca Vieira, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Famílias e Amigos do Sacolão Comunitário do Conjunto Residencial Branca Vieira, fundada em 2001, tem como finalidade proporcionar a distribuição de alimentos e sopão para as pessoas carentes, além de outros atendimentos sociais da mesma clientela, como podemos verificar em seus relatórios de atividades.

Diante do exposto, solicito aos nobres Pares apoio ao pleito.

PROJETO DE LEI Nº 151/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Espírita Abibe Isfer, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei ora apresentado, deve-se ao trabalho desenvolvido pelo Centro Espírita Abibe Isfer, desde a sua fundação até os dias atuais, a qual, tendo sempre como norte a execução de atividades de natureza assistencial e de promoção humana, bem como dedicar-se à prática, estudo e difusão da doutrina espírita. Nesta esteira, é uma honra para este Parlamentar em contribuir para a continuidade desta nobre empreitada, através do seu reconhecimento como de Utilidade Pública Estadual.

Portanto, esperamos contar com o apoio dos digníssimos Pares, para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 152/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Criança Renal, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Criança Renal, com sede no Município de Curitiba, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade o desenvolvimento, o incentivo e o apoio às atividades nos campos da ciência e tecnologia, da educação, da saúde, da assistência social, do desenvolvimento sustentável e da filantropia, em favor de crianças e adolescentes portadores de doenças renais e do aparelho urinário.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 153/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Paraná o Dia da Comunidade Árabe, a ser comemorado anualmente, no dia 11 de novembro, passando a integrar o Calendário Oficial do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

No início do século 20, os relatos do sucesso econômico do Brasil e, principalmente, a instabilidade política do Império Otomano, intensificou a imigração árabe em nosso País. Outra leva importante chegou após o término da Segunda Guerra.

Os povos árabes emigraram, basicamente, por motivos religiosos e por motivos econômicos-sociais ligados à estrutura agrária dos países de origem.

A mascateação se tornou uma marca registrada da imigração árabe. Nessa atividade, eles introduziam inovações que hoje são vistas como traços marcantes do comércio popular, como a redefinição das condições de lucro, a introdução das práticas da alta rotatividade e alta quantidade de mercadorias vendidas, bem como das promoções e das liquidações.

Nas últimas décadas, a contribuição cultural dos árabes tem sido mais lembrada pela culinária, embora haja outros campos como o da indústria, da literatura, do cinema, do direito, da medicina, da universidade, entre outros, em que sua presença é marcante.

O dia 11 de novembro traz, particularmente, uma homenagem especial para a comunidade árabe, uma vez que neste dia, após suportar quatro anos de uma guerra extremamente cara do ponto de vista humano e econômico e igualmente infrutífera, a Alemanha não tinha outra alternativa a não ser aceitar o armistício. Antigos impérios, dentre eles o Império Otomano haviam sido retalhados segundo fronteiras impostas pelos vencedores, originando novos Estados como: Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia (na Europa), e Iraque, Síria, Jordânia, Líbano e Palestina (no Oriente Médio). A partir desse momento a imigração árabe para o Brasil mostrou-se significativa, uma vez que este país oferecia um abrigo acolhedor para esse digno povo.

Por ser a comunidade árabe merecedora desta homenagem, é que conto com a aprovação de meus nobres Pares nesta Casa de Leis, da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 154/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, autorizado a incluir o processo de alevinagem em rios e córregos, no Programa Estadual de Matas Ciliares.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O plantio de 1.035.000 árvores nas margens de rios e córregos de todos os municípios paranaenses, no último dia 22 de março, poderá render à nossa Secretaria de

Estado do Meio Ambiente e suas vinculadas, o IAP e a SUDERHSA, o registro da ação no Livro Guinness dos recordes mundiais.

Aliás, as ações desenvolvidas pelo Secretário Luiz Eduardo Cheida, do Meio Ambiente, englobadas nos programas do Zoneamento Ecológico-Econômico, Bacia Azul e Município Verde, são merecedoras da importância da recuperação e da preservação do meio ambiente.

Ocorre que o extermínio das nossas matas ciliares provocou também o desaparecimento da vida em nossos rios.

Dezenas de espécies da nossa fauna ictiológica simplesmente desapareceram e entristece a todos verificar a mortandade registrada em seus leitões.

Pretende a SEMA, o plantio de 90.000.000 de árvores até 2006 para garantir a restauração das matas ciliares de todos os mananciais do Estado.

O presente plano de lei objetiva oferecer instrumentação legal para que ao Programa Estadual de Matas Ciliares, acrescente-se a proposta do repovoamento das nossas águas ribeirinhas.

PROJETO DE LEI Nº 155/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatória a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público, do ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Cada Unidade de Ensino Fundamental e Médio que integra a Rede Pública Estadual deverá contar com equipe interprofissional habilitada a prestar atendimento psicopedagógico ao estudante matriculado.

§ 1º - A equipe interprofissional referida no *caput* deverá estar composta por, no mínimo um(a) psicólogo(a), um(a) pedagogo(a) e um(a) assistente social.

§ 2º - A equipe interprofissional prestará atendimento preventivo ou terapêutico ao estudante, conforme a situação ou caso detectado no dia-a-dia da Unidade de Ensino.

§ 3º - A equipe interprofissional dará suporte técnico à direção e aos professores da Unidade de Ensino.

§ 4º - A equipe interprofissional dará orientação aos pais, familiares ou responsáveis pelos estudantes, sempre que necessário ou sempre que solicitado a fazê-lo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e a surtir efeitos práticos no ano letivo de 2005, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo criar atendimento psicopedagógico aos estudantes das escolas da Rede Pública do Estado do Paraná, com o objetivo de minimizar problemas já existentes e criar alternativas preventivas à comunidade escolar, professores, pais e responsáveis.

Temos acompanhado as dificuldades encontradas nessa área, ouvindo todas as partes envolvidas no processo de educação das nossas crianças e jovens. Muitos dos problemas criados, poderiam ter sido evitados se existissem profissionais habilitados que dessem um acompanhamento psicopedagógico aos estudantes, aos professores e aos pais. Prova disso, são os índices alarmantes do último censo do IBGE.

A Síntese dos Indicadores Sociais 2003 indicou altos índices de violência nos nossos jovens, auferindo um crescimento de 173% no número de homicídios no Estado, nos últimos dez anos. “O número de mortes por causas externas no país é astronômico. O total dessas mortes (que, além dos homicídios, inclui também acidentes, suicídios e outras causas não naturais), entre 1991 e 2000, foi de 1,11 milhão, o equivalente à soma das populações de Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz de Iguaçu. As crianças sobrevivem, mas lá na frente, os rapazes morrem de maneira estúpida. “Estamos economizando vidas, porém mais tarde elas são expostas à mortalidade pior possível”, diz o demógrafo do IBGE, Carlos Simões. Para o pesquisador e coordenador do Grupo de Estudos da Violência da UFPR, Pedro Bodê de Moraes, “os fatores que explicam a vulnerabilidade do jovem são o aprofundamento da crise social nos últimos dez anos, a justiça criminal arcaica e o porte legal e ilegal de armas. É preciso investimento social e vontade política. Diferentemente do que pensa parte da sociedade, esses jovens mortos são vítimas e não marginais! Quem morre são principalmente os jovens pobres, não brancos e que vivem na periferia”, resume Pedro.

Esses números nos alertam para que nós, autoridades, tomemos conhecimento e criemos medidas eficazes para minimizar este problema, buscando alternativas para melhorar a qualidade de vida e diminuir as diferenças sociais no nosso Estado. Penso que qualquer mudança eficaz deva passar pela educação. Precisamos dar suporte técnico para quem ajuda a formar os cidadãos paranaenses, pois são esses os cidadãos paranaenses, pois são esses os cidadãos que no futuro dirigirão nosso Estado.

Assim sendo, face à abrangência e importância social do presente projeto, e ousando analisar a atual realidade não só pelo aspecto social mas também de saúde pública, peço o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 156/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos - APAGMM, com sede provisória nas dependências do Quartel da Polícia Militar de Matinhos - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.2004.

(a) WALDIR LEITE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos - APAGMM, com sede provisória nas dependências do Quartel da Polícia Militar de Matinhos - Paraná, é um órgão de representação de pais e amigos das crianças e adolescentes da Guarda Mirim de Matinhos, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos.

Tem como objetivo geral atender menores carentes em situação de risco social. A eles são oferecidos noções de disciplina, cidadania, atividades esportivas integrando escola - família - comunidade - esporte e profissão, em favor do bom funcionamento da Guarda Mirim. Além de incentivar a criação de hortas comunitárias como uma das ações no que diz respeito a educação ambiental, utilizando sua própria produção para melhoria da alimentação.

O trabalho desenvolvido proporciona aos adolescentes a visão de preservação ambiental e responsabilidade social.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência comunica que, em razão da aprovação do requerimento do Deputado Estadual Tadeu Veneri, iria usar o Grande Expediente um representante do Fórum Popular de Saúde do Estado do Paraná.

A Mesa nos comunica que o referido representante não se fará presente, então, encontra-se à disposição dos Deputados o Horário do Grande Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita alegria que venho nesta tribuna, hoje, para anunciar uma conquista muito importante para a região de Campo Mourão e em especial ao Estado do Paraná. O Governado Roberto Requião acaba de assinar, autorizando e homologando o reconhecimento do segundo curso do Brasil, de Engenharia de Produção Agroindustrial, para a Faculdade de Campo Mourão.

Essa é uma reivindicação antiga dos nossos formandos, dos nossos alunos e nós aqui nesta Casa, inclusive com o apoio dos Deputados, aprovamos o projeto de lei que criou Campo Mourão como pólo da indústria de alimentos - a vocação regional à agricultura da cidade-

pólo sede e mais quarenta Municípios, hoje, com muita alegria, recebemos essa notícia do Governador e, com a mesma alegria transmitimos para Campo Mourão, para toda a nossa região, dos nossos alunos que se formarão e terão um curso reconhecido, principalmente porque todos nós sabemos que alimento é o maior projeto do mundo, porque o rico e o pobre têm que comer e têm que beber.

E, nós, Campo Mourão, começamos a dar um grande passo, porque entendemos que é preciso a participação de todos, dos Prefeitos, dos legisladores, de Governadores, muitas vezes, para ajudar também o Presidente da República, que em sua campanha dizia - e nós ainda temos a esperança - que iria criar dez milhões de empregos! Mas, não é o Presidente da República quem vai trazer o emprego para cada Cidade, somos nós, que temos que ser criativos e inteligentes, para aproveitar, com bons projetos, buscar recursos e fazer aquela transformação tão desejada em cada região, em cada Estado e em cada Município.

E agora, com o reconhecimento desse curso, teremos nossos alunos, profissionais, formados para ajudar a desenvolver um projeto regional na nossa região e isso, sem sombra de dúvida, contribuirá com o Estado do Paraná, para fazermos a grande transformação dos nossos produtos primários: orientação aos nossos pequenos agricultores.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para fazer esse agradecimento, em nome dos nossos alunos da região de Campo Mourão, em nome da nossa agricultura, agradecendo um curso tão importante e o seu reconhecimento.

Inclusive entreguei um ofício, um requerimento, para, aproveitando, pedir o apoio dos Srs. Deputados ao Governador Roberto Requião, pela sua sensibilidade, em ter assinado esse documento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero parabenizar o Município de Campo Mourão, aqui no discurso do Deputado Nelson Tureck, pelo reconhecimento do curso, feito pelo Governador do Estado do Paraná.

Por outro lado, quero lembrar o Governo, dos nossos 43 cursos que por iniciativa do Governador foram fechados no Estado do Paraná, em especial do curso de Medicina, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que agora no dia 12 está completando um ano que ele foi fechado pelo Governador Roberto Requião.

O que me traz à tribuna é para lembrar aqui, o dia 1º de abril. O dia 1º de abril, é o Dia da Mentira. O Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari esteve participando no Fórum Permanente sobre Seg-

urança Pública, na Cidade de Ponta Grossa, e lá, o Secretário prometeu, em público, perante os meios de comunicação, que a Cidade de Ponta Grossa, o Batalhão da Polícia Militar e também a Polícia Civil, iriam receber no dia 15 de abril, quinze dias depois, treze viaturas para as Polícias do Município de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais.

Muito bem. O tempo passou. No dia 08 de abril tivemos a inauguração do Centro de Atendimento da Polícia Civil, e o Secretário Delazari lá esteve. E, das treze viaturas, houve emagrecimento, apenas duas viaturas, nobre Deputado Líder do Governo, Natálio Stica, só duas viaturas foram anunciadas, sendo duas viaturas usadas, em mau estado de conservação.

Agora pasmem! Quando as viaturas saíram de Curitiba - da Polícia Civil - para Ponta Grossa, uma delas acabou parando no meio da viagem, por falta de gasolina! O Batalhão de Ponta Grossa precisou vir socorrê-la!

O que mais me chamou a atenção é que justamente no dia 1º de abril, Dia da Mentira, o Secretário foi lá e fez uma promessa perante todos os meios de comunicação, de que o Batalhão e a Polícia Civil estariam recebendo essas treze viaturas e, que até agora, lá não chegaram!

E, também, sobre a Central de Atendimento, lá, da Polícia Civil, que foi inaugurada há dezoito dias, era para funcionar 24 horas, está funcionando apenas até às 18 horas, sem estar interligada com os demais dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná! É uma Central, não tem uma função clara, porque era para funcionar 24 horas, era para estar interligada em um sistema de informática para buscar junto à Segurança Pública do Estado do Paraná, dados sobre os problemas de criminalidade!

Enfim, o discurso acontece, o discurso é feito, os meios de comunicação divulgam, mas, de concreto, muito pouco daquilo que se fala acaba acontecendo. Para mim ficou claro, foi no dia 1º de abril, com certeza foi uma brincadeira do Dia da Mentira, falando que os Municípios iriam receber as viaturas e, até agora, nada!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu havia conversado com o Deputado Tadeu Veneri - tendo em vista que a Saúde não vai usar o Grande Expediente do dia de hoje, - o qual pedimos a V. Exa. o deferimento, que a pessoa que representa a comissão dos atingidos pela seca, pela estiagem da região Sudoeste, que estão nesta Casa, assistindo a esta Sessão, que pudessem usar dez minutos do Grande Expediente para falar um pouco da situação em que se encontram os 27 Municípios da região Sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputada Luciana, nós comunicamos o requerimento do Deputado Tadeu, e dissemos aos nossos Deputados que quem quisesse poderia usar do Grande Expediente.

O Deputado Rossoni, que fez a inscrição para o Grande Expediente, gentilmente está cedendo dez minutos para que os nossos companheiros do Sudoeste possam expor aqui as reivindicações com relação à questão da seca.

Então, desta forma fica deliberada esta questão de ordem levantada por V. Exa., com aquiescência do deputado Valdir Rossoni.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste final de semana, em Foz do Iguaçu, nós chegamos a um momento histórico de uma conversação em que mais de dezesseis Partidos vêm tratando há mais de seis meses. Uma conversação que, com certeza, não trata de formar um grupo de Oposição, pessoal ou partidária, ao atual, mas que com certeza trata de buscar uma nova opção para a Cidade de Foz do Iguaçu.

E a maturidade partidária desses doze Partidos que assinaram neste final de semana um pacto, primeiro pela união, posteriormente em cima de uma comissão política que vai elaborar um novo plano de governo e futuramente escolher o porta-voz em nome desse grupo que será escolhido como candidato a Vice-Prefeito e a Prefeito, respectivamente.

Com certeza esses doze Partidos que assinaram, que representam mais de 73% do tempo do horário eleitoral gratuito, seja no rádio ou na televisão, vai poder demonstrar a Foz do Iguaçu uma nova proposta. Demonstrar a cada minuto do tempo de que maneira se fará a transformação.

Por isso, neste momento, já que fui designado por esse grupo multipartidário, como porta-voz, eu gostaria de ler aqui, este manifesto aberto à população de Foz do Iguaçu.

(Lê):

**“MANIFESTO À POPULAÇÃO
DE FOZ DO IGUAÇU**

Os partidos políticos abaixo relacionados, legalmente representados, tornam público este manifesto.

Foz do Iguaçu vive um momento relevante em sua história, pois em 10 de junho próximo comemorará noventa anos. Neste ano, em 3 de outubro, votaremos para escolher o novo Prefeito e Vice-prefeito e os Vereadores da nossa Câmara, que estarão à frente do Município a partir de janeiro de 2005.

A poucos meses das eleições, nos dirigimos aos iguaçuenses para exprimir o nosso desejo de apresentarmos uma alternativa de governo, diferente e moderna, para a apreciação de todos os que aí residem.

Entendemos que a Administração atual da nossa Cidade, a despeito de avançar em alguns setores, não está conseguindo dar respostas para várias preocupações de seus habitantes, destacando algumas delas, como:

1. Desemprego - há milhares de pessoas desempregadas ou subempregadas, sem nenhuma garantia de futuro para si e para seus filhos;

2. Doença - há muitas pessoas que, sofrendo agravos à sua saúde, não encontram amparo no Sistema Único de Saúde- SUS, que é gerenciado pelo Município;

3. Insegurança - há muita apreensão e sofrimento pela violência que explode cotidianamente nas residências, nas ruas e nos locais de convivência social.

Com a sensação permanente de insegurança que ronda a família iguaçuense, esperava-se que o poder público municipal, fosse capaz de oferecer uma perspectiva de redução destes problemas e tantos outros que afligem o cidadão, justamente por sabermos que o Partido que está no poder é o mesmo do atual Governador do Estado do Paraná.

No entanto, o que vemos é a prática centralista e de favorecimento daqueles que encontram-se próximos dos que mandam, ao invés do desenvolvimento de uma política que beneficiasse a população como um todo.

A falta de transparência e de diálogo com as forças vivas da comunidade tem sido uma marca da atual gestão. O clientelismo e o assistencialismo predominam como ações de governo, caracterizando uma prática retrógrada e ultrapassada do trato da coisa pública, em contraposição a uma política de planejamento a médio e longo prazo, que seria a ideal para que a cidade superasse suas dificuldades.

Tendo em vista tal situação, pessoas interessadas e comprometidas com o futuro da nossa cidade, depois de inúmeras reflexões e construtivos debates, harmonizaram a constituição de um coletivo de partidos que assumem a responsabilidade de apresentar aos cidadãos iguaçuenses uma alternativa, mais ousada e moderna, para administrar e resolver os graves problemas que enfrentamos.

Aprofundaremos a discussão de uma proposta de governo debatida pela comunidade e enriquecida por sugestões de todos aqueles que queiram contribuir para o engrandecimento da nossa cidade, como parceiros da futura administração.

Pretendemos manter, na campanha eleitoral, um nível elevado de discussão de propostas e solução, pois entendemos que a nossa população, já tão agredida pelas mazelas sociais com as quais convive, não merece receber dentro de seus lares, senão idéias de como resolver os problemas que nos afligem. Nosso propósito é constituir atos e ações, saindo dos tradicionais discursos, construindo de fato um alicerce de calor e sensibilidade humana.

Comprometemo-nos com a prática administrativa da transparência, da responsabilidade e da participação popular, através de instrumentos já aprovados pela Câmara Municipal, como o Orçamento Participativo, e a

interação com os conselhos, como da Saúde, Assistência Social, da Condição feminina, Segurança e outros, além do cumprimento dos artigos previstos nas leis.

Dentre os filiados aos Partidos que assinam este documento, contamos com pré-candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores. Todos eles detêm plenas condições de serem uma alternativa segura para o Executivo, assim como, para o Legislativo. Nosso propósito é o de apresentarmos dois nomes para executarem esta tarefa: um candidato a Prefeito e outro a Vice-Prefeito, além das chapas de Vereadores. Todos serão conhecidos e homologados nas convenções partidárias, dentro do tempo estabelecido pela lei.

Temos plena consciência do processo eleitoral, pois participamos de um conjunto de partidos que reúnem a simpatia de grande parte da população, que, por sua vez, espera de suas agremiações uma resposta séria e concreta em relação ao futuro do seu município.

Sabemos da nossa responsabilidade para com as crianças, os jovens, os idosos, os especiais, os homens e as mulheres, que sonham com uma perspectiva segura de realização pessoal, aqui em Foz, sem que precisem procurar outros lugares em busca da sobrevivência.

Em respeito a todas essas pessoas, e às expectativas que se debruçam sobre nossos ombros, exprimimos, através deste manifesto, a vontade de milhares de cidadãos, de conquistarem, participarem e estarem em uma outra realidade, a partir do ano de 2005.

Que Deus nos ilumine a todos, para que tenhamos a serenidade e a capacidade de corresponder aos desafios que nos são impostos pela realidade atual.

Foz do Iguaçu, 02 de maio de 2004.

(aa) Partido dos Aposentados da Nação-PAN

João Raimundo Júnior

Partido Comunista do Brasil- PCdoB

Valdir do Nascimento

Partido da Frente Liberal- PFL

Emerson Wagner

Partido da Reconstrução da Ordem Nacional

PRONA- Juliano Prestes

Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB

Hamilton Serigheli

Partido dos Trabalhadores - PT

José Elias Aiex Neto

Partido Humanista da Solidariedade- PHS

Silvio Alvarenga

Partido Progressista - PP

Harry Daijó

Partido Socialista Brasileiro- PSB

Reni Pereira

Partido Trabalhista Brasileiro- PTB

Carlos Juliano Budel

Partido Trabalhista Nacional - PTN

Ivaldo Abondanza

Partido Verde - PV

Irineu Ribeiro.

Senhor Presidente, todos esses presidentes de Partidos só avalisaram esse documento, esse manifesto da Oposição, em Foz do Iguaçu, após consultar as suas bases e as executivas dos respectivos partidos.

Eu gostaria, neste momento, de enaltecer a postura do PPS, que participou desde o ano passado das conversações e entregou um manifesto, dizendo da sua vontade de ingressar nessa frente, tão logo tenha debatido o programa de governo, que é quesito essencial, antes de tratar qualquer coligação, e como o Partido Democrático Trabalhista, que esteve participando desde o ano passado e também vai passar à apreciação da sua executiva, antes de ingressar nessa frente. E também o Partido Liberal, presidido na nossa cidade pelo nosso companheiro Deputado Chico Noroeste, que manifestou integral apoio em permanecer nessa frente de apoio, após consultar as bases do seu Partido.

Essa maturidade política, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputado Dobrandino, gostaríamos de deixar bem claro, que não se trata de nenhuma posição pessoal ou partidária; trata-se, sim, de uma proposta alternativa para Foz do Iguaçu.

Entendemos que essa maturidade demonstrada, infelizmente, há poucos dias atrás, não o foi por um membro, o Secretário de Turismo, que deixou Foz do Iguaçu e a região à mercê de uma representatividade ainda maior, que em conjunto com a municipalidade de Foz do Iguaçu, com o Governo do Estado e com o Ministro do Turismo estavam conseguindo muitos avanços, na área de turismo para nossa cidade e região. Mas, infelizmente, atendendo um desígnio partidário e pessoal deixou Secretaria de Turismo, para concorrer o cargo de vice. Respeitamos essa postura do ex-Secretário de turismo, porém assim como a cidade e a região, nós não entendemos a submissão de uma vontade partidária e pessoal à vontade do coletivo.

Foi que esses partidos, todos sem distinção nenhuma, têm condições de apresentar candidatos a Prefeito e a Vice, abdicarem de um direito legal e natural, em prol da cidade, para que a cidade possa ter uma alternativa.

O Sr. Dobrandino da Silva

Nobre Deputado Reni Pereira, é claro que vivemos em uma democracia! Democracia é isso! Não tenho que fazer nenhuma objeção e nem contestar, de os partidos se articularem diante desse período de eleição.

Eu diria que esse filme, Sr. Presidente, já estou presenciando em Foz do Iguaçu, há cerca de quinze anos, que se reúnem todos os partidos, para formar uma frente, e chega ao final, na convenção, cada um lança o seu candidato.

Tenho certeza que V. Exa. como candidato declarado, em Foz do Iguaçu, vai exigir que a Frente lhe apóie, como assim a todos eles. Isso é um problema de cada um.

Quero contestar aqui, que V. Exa. está dizendo que não é justo e eu também não concordei muito em o

Secretário de Turismo deixar a Secretaria e ir para Foz do Iguaçu. A mesma coisa estão dizendo, como é que V. Exa. que é um Deputado da Assembléia e está deixando, para se candidatar à Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Então, tem linguajar para todos, resposta para tudo. Tem gente contestando que V. Exa. não pode deixar a Assembléia Legislativa para ser candidato de Foz do Iguaçu! Eu já fiz isso! Já deixei a Assembléia, Deputado que era, me candidatei e ganhei e fiz o sucessor.

Então, na verdade, a concessão que faço aqui, e os Deputados sabem melhor que eu, são os partidos políticos, que não é a população de Foz, falta de transparência da Administração. Isto não é verdade! Hoje, não existem mais governantes que governem sem transparência. Tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal que obriga a Prefeitura, o Governo do Estado ou a União a prestarem contas publicamente. Então, isto não é verdade, quero deixar claro. É um linguajar dos Partidos de Oposição, que na verdade não têm nem por que dizer que a Prefeitura está certa, porque são Oposição!

Então, quero dizer que nós vivemos numa democracia.

Após o término da ditadura, que lá em Foz eram nomeados, teve cinco eleições. O nosso Partido ganhou quatro! Será que é tão ruim assim? A escolha não é por nomeação! É pelo voto! E também não é o que dizem as pesquisas com relação ao que V. Exa. leu no começo. Elas dizem a verdade, mas, nós, democraticamente, respeitamos, claro, e imaginamos, quanto mais candidaturas tiver na Cidade, maiores são as opções dos eleitores! Na última eleição onde eu fui eleito, se lá fossem dois turnos, teria ganho no primeiro, porque fiz 54% dos votos. E temos dirigido a Cidade, o Prefeito é meu filho, do meu Partido, eu acompanho com muita atenção e com muita responsabilidade. E diria a vocês que Foz do Iguaçu cresceu nos quatro mandatos do PMDB, nas quatro eleições. Hoje tem força política, a Cidade está crescendo. Desemprego tem, mas diminuiu. Só neste ano, o SINE, de Foz do Iguaçu, colocou cerca de mil pessoas no mercado, com carteira assinada. Está muito ruim, claro, para os adversários, mas não é o que diz a população.

Eu respeito esses documentos e desejo que Foz, os partidos todos se articulem, como disse antes, porque o equilíbrio é importante para a democracia, o equilíbrio no Poder. Eu só contestaria isto: a questão do nosso Vice-Prefeito e a questão da transparência, porque não é verdade.

Obrigado, Deputado.

O SR. RENI PEREIRA

Nobre Deputado Dobrandino, primeiro eu gostaria de dizer que não estou deixando a Assembléia Legislativa para concorrer, até mesmo porque assinei um pacto em que o candidato desta Frente será escolhido, democraticamente, por todos os partidos. E não necessariamente será o meu nome; poderá ser qualquer outro: um representante do PT, do PTB ou qualquer outro Partido.

Gostaria de contestá-lo quando diz que Foz do Iguaçu está crescendo. Tenho um jornal, a Gazeta do Iguaçu, do dia 18 de abril, só repetiu a manchete que foi estampada a nível nacional e estadual, que Foz, que nós temos como principal geradora de recursos, o turismo, perde posições na disputa por mais turistas estrangeiros. Nós perdemos duas posições, caindo de quarto para sexto lugar na atração de turistas. E isto, com a grande demanda de turistas que está ocorrendo, para o Brasil, em virtude dos atentados terroristas!

Nós entendemos que isso é consequência da falta de emprego, que tem gerado uma insegurança, isto sim - se não estou sendo transparente, os meios de comunicação também estão mentindo - que Foz do Iguaçu é uma das cidades mais violentas do Brasil, em virtude da falta de oportunidade.

E, também, para concluir, gostaria de dizer que a diferença deste ano é que os convites feitos pelo PMDB foram antecipadamente feitos a dez desses doze partidos, inclusive eu, recebi.

Gostaria de agradecer a gentileza e estarei respondendo ao vosso Partido, que após este convite mais de dez partidos optaram em fazer frente da Oposição. Então, o convite, neste ano, veio antes, e a opção foi posteriormente. Talvez isso seja uma diferença que será encaminhada. E que vença e realmente a população possa ter a opção de escolher uma alternativa e aqueles que mandam na Cidade, aproximadamente, como o senhor bem falou, de vinte anos, dezesseis.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Artagão Júnior, do PMDB.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de reforçar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o convite para logo mais às 17h00 no plenarinho desta Casa, a posse da nobre companheira Deputada Elza Correia, que assume a Presidência, inclusive não só a Deputada, mas Luciana Rafagnin e eu, Deputada Cida Borghetti, fazemos parte como Conselheiras do Conselho Estadual da Mulher, que a Deputada Elza Correia assume logo mais, a Deputada Arlete Caramês faz parte e gostaria de deixar aqui o pedido, para que todos os colegas desta Casa, funcionários e a imprensa possam estar prestigiando a posse da nossa colega.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência reforça o convite da Deputada Cida Borghetti e solicita aos Srs. Deputados que puderem participar, por favor, participem.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Apenas, Sr. Presidente, para registrar a presença do Prefeito Edgar Bueno, ex-Deputado nesta Casa, Prefeito de um Município-pólo da região Oeste, que sempre quando vem à Capital do Estado, visita a Assembléia Legislativa, que, para nós que convivemos, como V. Exa. também conviveu com ele aqui na Assembléia Legislativa, sem sombra de dúvida, é um prazer muito grande recebê-lo sempre na nossa Casa, e esta é sempre a sua Casa.

Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradecemos a deferência do Deputado Elio Rusch, para com a presença do nosso amigo Edgar Bueno.

Como disse o Deputado Elio Rusch, ele foi nosso companheiro e é Prefeito de Cascavel. É uma satisfação recebê-lo aqui mais uma vez.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Retornamos mais para desejar à Deputada Elza, sucesso, que você conte conosco, você é uma mulher valerosa, de luta, de credibilidade junto às mulheres e aos homens deste Paraná. Pode contar conosco, com a Deputada Luciana e com a Deputada Arlete também.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Aproveitando, inicialmente, na esteira dos convites que aqui foram realizados, desejando evidentemente sucesso à Deputada Elza Correia na sua nova jornada, queremos também convidar os demais Parlamentares, a imprensa e todos os presentes, na próxima quarta-feira às 17h00 será feita a outorga do título de Cidadão Honorário ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, título esse que lhe foi concedido no ano de 1975. Todavia, não fora entregue. Na próxima quarta-feira, às 17h00, portanto, será feita a entrega do Título, e todos estão convidados.

É uma satisfação poder estar trabalhando como um Deputado do PMDB, um Deputado da Base de Sustentação do Governo junto ao Governador Roberto Requião.

Ouvimos o pronunciamento do Deputado Nelson Tureck, com relação ao reconhecimento ao curso de Engenharia de Produção lá em Campo Mourão, o segundo curso no País, dessa natureza.

Na última semana, também, o Governador Roberto Requião no dia 28 de abril, para ser mais exato, assinou o decreto de reconhecimento dos curso de Agronomia e Veterinária para a Universidade do Centro-Oeste para a nossa UNICENTRO. Também no dia 14 de abril, assinou o decreto de reconhecimento do curso de Fisioterapia para a mesma Universidade, três cursos reconhecidos pela ação do nosso Governo, demonstrando, evidentemente, sensibilidade às ações que efetivamente merecem atenção do Estado, demonstrando que não existe uma

perseguição, que não existe uma intenção de boicote às Universidades Estaduais.

Alguns cursos tiveram as suas atividades suspensas, é verdade. Na nossa UNICENTRO, mesmo, temos quinze cursos com as atividades de vestibular suspensas, e no entanto a documentação pertinente já foi encaminhada pela Diretoria da Universidade e já recebemos do Secretário Aldair Rizzi a demonstração de que existe uma possibilidade real da retomada de quase todos, senão de todos os cursos, nas suas atividades normais.

Tivemos também a visita do Governador Roberto Requião no dia 13 de abril, em Guarapuava, data em que ele assumiu o compromisso de assistir os decretos de reconhecimento desses cursos, liberando três milhões e seiscentos mil reais para a Cidade de Guarapuava. Dois milhões desses recursos oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e mais um milhão e seiscentos mil reais a fundo perdido, sendo um milhão de reais para a construção do Colégio Estadual do Guará, e seiscentos mil reais para projetos de sinalização. Esses projetos estavam engavetados no DETRAN desde 1997. Nesse mesmo período, dirigindo aquele órgão, nós tínhamos um guarapuavano; nesse mesmo período, nós tínhamos aqui nesta Casa um representante da nossa Cidade, afinado com as ações do Governo anterior; mas desde 1997, por questões pessoais, questões políticas, por perseguição, não sei bem qual o motivo, seu que este projeto não andou, seu que essa liberação não se viabilizou, e muito feliz estou porque o Governador liberou esse recurso na última visita que fez a Guarapuava.

O Colégio Estadual de Guará que também será construído daqui para frente é um pleito de muitos daquela comunidade e da nossa Guarapuava. Estudantes daquele colégio estavam tendo as suas aulas ministradas no pavilhão da Igreja, porque as aulas não poderiam mais ser ministradas no colégio, pois a estrutura era insuficiente para atender todos os alunos. O Governador Roberto Requião, em parceria com as ações desenvolvidas pela Secretaria da Educação, administrada pelo Maurício Requião, grande comandante, grande homem público, sensibilizou-se e liberou esse recurso para a construção. Não tenho dúvida que demonstrações como esta têm sido comum, não só em Guarapuava, mas em todo o Estado do Paraná, demonstrando a descentralização do Poder, demonstrando na prática como se deve governar, um Governo para todos, um Governo para os humildes, para os mais abonados, enfim, um Governo conforme o compromisso assumido à época eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni, por vinte minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero me reportar aqui ao ilustre Líder do Governo, meu amigo Natálio Stica. Soube que o Secretário da Comunicação esteve nesta Casa. E tenho certeza que vinda dele deve ter trazido a resposta que tanto tenho reivindicado. Vou aguardar o seu pronunciamento.

Gostaria de ter a atenção especial dos companheiros do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como estão os corações dos companheiros depois de anunciado o salário-mínimo?

Eu, como um matemático medíocre, fiz aqui minha contabilidade. O Presidente Lula, para cumprir o compromisso com os brasileiros, se seguir essa performance, com este aumento real de 1,2% que foi dado no último salário-mínimo, tenho certeza que esta cifra está marcada no coração dos petistas; o Presidente Lula terá que governar este País até 2054 para cumprir a sua promessa.

Temos que aprender que, quando estamos em campanha eleitoral, não podemos sair falando tão fácil assim. O Presidente Lula, quando falava de dobrar o salário-mínimo, falava com tamanha convicção e até convenceu todos os brasileiros.

Vejo as eleições das Capitais, de Governador e vejo que a figura do candidato é uma fotografia e atrás dele tem alguém falando. E aí vêm as promessas fáceis: “Vamos dobrar o salário-mínimo, vamos criar 10 milhões de empregos, vamos criar o Primeiro Emprego.” O Primeiro Emprego, Deputado Natálio Stica, foi um sucesso no Paraná em especial. Até o começo do mês tinham sido criados dois empregos. No Brasil tinha sido criado menos 600 empregos. Tudo isso está acontecendo, porque o Brasil hoje encalhou, encalhou na inoperância, na incompetência, no desgoverno e na falta de criatividade.

Não adianta V. Exas. culpar o governo anterior, porque ninguém mais que Fernando Henrique Cardoso recebeu um País em piores condições. Fernando Henrique Cardoso recebeu o Governo Federal de José Sarney, porque o Itamar foi governante alguns meses, diga-se de passagem; José Sarney hoje é elogiado pelo Presidente Lula. Eu até acho que esses 260 reais, é sacanagem do Sarney, ele deve ter ficado na cabeça do Lula dizendo: “não aumenta muito! Não aumenta muito! Senão o FMI...”

Para quem gritava aos quatro cantos que ia romper com o FMI, hoje eu ouço e vejo as televisões e os noticiários tecendo fartos elogios ao Governo Lula. Quem está fazendo esses elogios? O FMI!

Como fica o coração dos petistas?

Com 260 reais, tendo o elogio dos banqueiros, nunca na história brasileira os banqueiros ganharam tanto e agora, com o aval do Lula, que está sendo mais conservador do que o Sarney, do que o Fernando Henrique e de quem quer que seja, mas quero aqui, para refrescar um pouco a memória dos petistas que se levantam, porque eu vejo que isto machuca a alma e o coração, porque machuca os brasileiros e deve machucar V. Exa.

Nós não estamos ainda nas ruas dizendo: “fora, Lula!” Não estamos e nem faremos isso. No Governo Federal Fernando Henrique, estava o PT na rua gritando: “Fora, FHC!” “Fora, FMI!” Ora, estão governando e não dizem “Fora, FMI!”?!

Mas, sabe por que isso está acontecendo, Deputado Stica?

Vou ler aqui partes da coluna Miriam Leitão em que ela diz o seguinte: “Pensar e falar. O Presidente Lula fala demais, de forma irrefletida, diariamente os jornais relatam suas impropriedades, escorregões e gafes. No jantar da Bancada do PTB...”, (vejam, ele está jantando já com o PTB! Daqui a uns dias vocês vão estar abandonados! Sarney, PTB, PP e mais a direita brasileira, naturalmente, vocês serão expulsos do PT!) “ele fez algo mais perigoso: misturou uma dose de whisky com o improvisado e disse o seguinte: um dia acordei invocado e liguei para o Busch!” Aí a Miriam Leitão faz aqui um comentário de que as relações com países não podem ser tratadas dessa forma. “Lula nos improvisos anuncia decisões não tomadas, dá como certas providências que não executaram, confunde conceitos e faz frases lamentáveis em todos os aspectos.”

Aí nós vamos às frases, que isso, naturalmente, vai ser escrito um livro para a posteridade, para a história do Brasil: “O arquivo de suas palavras já registra uma galeria de frases erradas, ditas no lugar errado: *Quando Napoleão foi à China...*, referindo-se a um fato que a história não registra; ao falar do incidente de Alcântara, em que morreram vinte e duas pessoas, foi indelicado: *Há males que vêm para bem*, ao falar no Clube do Exército para uma platéia de militares atirou: *não adianta ter um bando de generais e um bando de soldados!*, a palavra *bando* é inadequada, numa homenagem às mulheres: *minha mãe era uma mulher que nasceu analfabeta, se soubesse ler ao nascer seria um fenômeno para a ciência!* e, em pelo menos duas ocasiões, ofendeu países que estava visitando. Na Namíbia, disse que a *Capital era tão limpa que nem parecia africana*.

Na Índia que construiu um monumento daquela magnitude, tem tudo para ser mais desenvolvido que é atualmente.

Quer dizer, o tamanho do monumento demonstraria o tamanho do seu desenvolvimento. É uma barbaridade!

Outro dia na Amazônia, vivem vinte milhões de cidadãos, que têm mulheres e filhos.

Uma dúvida conceitual: as mulheres são apenas agregadas dos cidadãos?

Uma dúvida estatística: o total da população da região Norte, incluindo homens e mulheres é de 13,5 milhões na estimativa de 2002.

Há trechos do seu discurso que não fazem sentido algum. São palavras simplesmente sem nexo. Em outros momentos ele desdiz num dia o que disse no anterior. No dia 03 de abril disse: *fiz mais em 15 meses do que muita gente fez em 500 anos*. Quatro dias depois: *tem gente que*

governou este País nos últimos trinta anos e a grande maioria ainda está no poder - claro que ainda está no poder, ele chamou o Sarney - *e agora cobram de nós, como se pudéssemos fazer em 500 dias o que não fizeram em 500 anos*.

Contradições desgastam a imagem governante. Na última terça-feira, cometeu erro duas vezes: disse que *vai dobrar o número de recrutas das Forças Armadas*, sem explicar de onde virá o dinheiro.

Depois avisou o ABC que: *anunciaria durante a semana boas novidades sobre a correção da tabela do Imposto de Renda que ainda não o fez*.

Quer dizer, quando ele levou a vaia no ABC, ele anunciou a correção do Imposto de Renda e depois a correção do Imposto de Renda não veio.

Então, prezados senhores, não faço este pronunciamento com nenhuma alegria. Acredito sim, que é chegado o momento de os camaradas, os companheiros, conversarem com o Presidente Lula e dizer que, tudo o que ele fala, se reflete na sociedade brasileira.

Nessa última semana o Presidente Lula fez uma entrega de ambulâncias em Ribeirão Preto. Pasmem os senhores: a sua assessoria é tão incompetente que as ambulâncias eram reformadas!

Este Brasil está governado amadoristicamente.

Não é por menos; quero dizer aos ilustres parlamentares que não estou me aliando ao Governador Requião ao fazer críticas ao Presidente Lula; estou me aliando à população paranaense e à população brasileira, aliando-me aos perigos que o Brasil está correndo.

Deputado Natálio Stica, eu presido a CPI do Porto de Paranaguá e comecei a me aprofundar sobre a questão dos Portos brasileiros. Não quero aqui inocentar o Porto de Paranaguá, mas sabe por que está acontecendo esse problema também no Porto de Paranaguá? É porque os Portos brasileiros, nenhum mais está funcionando!

Os navios não querem mais vir para o Brasil, Deputada Cida. Eles estão preferindo ir para a China, porque lá na China carregam em dois dias e aqui eles ficam quinze ou mais aguardando para carregar o seu navio e isso tem custo. Aí, o que é isso?

Isso significa inoperância, isso significa incompetência e, na verdade, o que está faltando é sentido de equipe, sentido em que quando o Presidente da República fala algo, a sua equipe tem que pegar o que ele falou e colocar em prática. Até acho que para o Governo Requião, porque, se formos colocar na balança entre o Governo Requião e entre o Governo Lula, com toda a minha posição contrária ao Governo Requião, fico ainda com o Governo Requião.

Antigamente, nós estávamos lembrados que quando se falava em um Ministro, parava-se a Cidade, parava-se a Capital, porque tínhamos quinze ou vinte Ministros. Deputado Stica, hoje temos 35! Se formos pedir ao Líder do PT, hoje, que cite a metade dos Ministros do Governo Lula, tenho certeza que ele terá dificuldades! Não tem quem governe desse jeito! Eu estava lendo nesta semana alguns

Ministérios que existem, e existe o Ministério da Pesca, que é um senhor de Santa Catarina.

O SR. NATÁLIO STICA

José Fritz.

O SR. VALDIR ROSSONI

Olha, é uma virtude de V. Exa. conhecer!

Mas, faço um desafio e concedo-lhe um aparte e depois ao Deputado Traiano, mas V. Exa. nos cita os 35 Ministros do Governo Lula e eu faço aqui os meus elogios.

O SR. NATÁLIO STICA

Certamente não o farei neste momento, porque não terei tempo de citar os 35.

O SR. VALDIR ROSSONI

Mas eu ainda tenho o Horário da Liderança.

Ilustre Presidente, Deputado Zucchi, tenho que dar dez minutos do meu horário do Grande Expediente, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin, mas faço uso do Horário da Liderança do PSDB, porque certamente nos sentiremos homenageados a ouvir a relação dos 35 Ministros.

Com a palavra, o Líder do Governo e filiado ao PT, Deputado Natálio Stica.

O Sr. Natálio Stica

Primeiramente quero agradecer o aparte e lembrar V. Exa. que esquece exatamente do Presidente que V. Exa. ajudou nas eleições, que é o Presidente Collor. Quando diz que V. Exa. herdou a Presidência de Sarney, esquece justamente do voto que V. Exa. deu na urna; ele herdou do Collor. Então, quero reavivar a memória, também, o que é muito mais fácil do que lembrar de trinta e cinco Ministérios.

Mas, uso a palavra para lhe dizer que o Governo Lula é um Governo de um ano e quatro ou cinco meses, mas com certeza consagrado aos oito anos que lhe é destinado. E tenho certeza que este País está no caminho certo! V. Exa. fala do salário-mínimo e veja, que bom que neste momento V. Exa., que sempre esteve nos Governos, vem aqui para dizer que 1,6% é muito pouco acima da inflação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, vou conceder aparte ao ilustre Deputado, mas não vou lhe dar a oportunidade de faltar com a verdade. Quando S. Exa. diz que eu pertencia a todos os Governos, S. Exa. está faltando com a verdade.

O Sr. Natálio Stica

Alguns, então. Eu reitero: alguns.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu votei no Presidente Collor, porque o outro candidato era tão ruim, que a nossa esperança era que o outro fosse melhor, mas era tão ruim quanto esse é.

O Sr. Natálio Stica

Agradeço novamente o aparte, digo que o Presidente Lula, ao dar esse aumento de 1,6% acima da inflação, é muito pouco, é bem verdade, mas é a primeira demonstração, depois de muitos anos, de um aumento real em cima da inflação.

Agora, eu queria chamar a atenção, porque isso não é falado da maneira eficiente e eficaz em que o Lula começa a fazer a retomada escalonada, é bem verdade. V. Exa. sabe melhor do que eu que nós não podemos fazer o salto que queríamos fazer, que sempre pensamos em fazer do salário-mínimo. Mas não é possível! Mas, qual é o real aumento que vem para a classe mais pobre do nosso País? V. Exa. que já foi Prefeito, e vai ser candidato a Prefeito sabe, tem Prefeituras que sofrem, inclusive o Nordeste brasileiro, já tem declarações que não vão conseguir dar os míseros 260 do salário-mínimo! Mas, nós temos que ver qual é a condição real e o aumento que está tendo neste momento, não fica apenas no 1.6% acima da inflação.

Pasmem! Veja V. Exa. Valdir Rossoni: o abono familiar era de 13,48 reais, por filho, por dependente. A classe mais pobre é exatamente aquela que, não sei se coincidência ou não, uns falam que é por conta aí da falta de televisão nos lares, do aparelho de TV nos lares, mas é a que mais filhos tem e essa é a que mais gasta.

Ora, o Lula está dando um aumento real de mais de 60% no abono familiar, passando a vinte reais, por criança! Imaginem uma família lá do Nordeste brasileiro, aquelas famílias pobres que tem seis, oito filhos, que só nos filhos elas vão ter praticamente quase um salário-mínimo, quase que dobrando o poder de compra, daí sim, da verdadeira família pobre do nosso País, sem incidência no INSS, que também, por herança dos Governos passados, está uma verdadeira bola de neve; infelizmente, difícil de fazer o seu saneamento.

Enfim, nós temos uma verdadeira resposta começando a diminuir a exclusão social com o salário, o abono-família, com a proposta que a partir de agora escalonada virá em todos os anos aumento real acima da inflação.

Nós temos, portanto, condição de dizer que estamos no caminho certo.

Concluo dizendo, que até o FMI reconhece, o mundo de hoje reconhece o Presidente Lula, está citado entre as 100 personalidades do mundo, na parte boa, diga-se de passagem, como o novo que veio para a mudança. A mudança que V. Exa., eu e nossos companheiros, vamos poder presenciar, porque o povo soube fazer a mudança.

Eu não estou vendo crise, porque ótimo, bom e regular ainda está acima de 60%, 70%. Eu volto depois no outro horário para dizer os Ministérios.

O SR. VALDIR ROSSONI

É bom que V. Exa. vá em busca, porque se torna difícil...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. passa a usar o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Horário do PSDB.

Deputado Stica, eu senti que V. Exa. está com dificuldades de fazer a defesa.

Até entendo e compreendo. É só para que as pessoas e a população que está nos ouvindo, vejam quando um Governo tem tanto Ministério que nem o Líder do seu partido sabe, imagine o pobre brasileiro.

Outra questão, V. Exa. cometeu mais uma impropriedade, diga-se de passagem se somando ao Lula. Até nós podemos acrescentar ao livro do Lula, depois, as frases colocadas na hora errada. Dizer que o povo brasileiro tem bastante filho, porque não tem televisão, acho que V. Exa. poderia colocar melhor esta situação e dizer que o povo brasileiro merece ter mais educação, que a nossa saída, é através da educação!

Então, quero corrigi-lo para salvaguardar a população brasileira, que merece todo o nosso respeito.

O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Posso dispor de um breve aparte de V. Exa.?

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Vanhoni, eu vou ter que dar o aparte ao Deputado Traiano. V. Exa. não dedicou a mim a atenção devida, porque o meu pronunciamento se referia ao seu Partido, mas como V. Exa. não teve tempo, prometo-lhe que amanhã eu volto à tribuna e aí lhe darei o aparte.

Com o aparte o Deputado Traiano.

O Sr. **Ademar Traiano**

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. traz um tema tão importante para este Plenário e que foi, com certeza, ao longo de toda a história política do PT a nível nacional, a grande bandeira de luta para chegar ao poder nos dias de hoje.

V. Exa. no início do seu pronunciamento perguntava como estava o coração dos companheiros do PT...

O SR. VALDIR ROSSONI

Dos camaradas.

O Sr. **Ademar Traiano**

Dos camaradas, vamos lá então.

E eu lhe respondo.

Pelo que eu vejo na televisão, os pronunciamentos lá no Congresso, no Senado, eu percebo que o coração dos camaradas do PT está envergonhado. Eu vejo um grande tribuno, como Paulo Paim, Senador agora, que defendia com intransigência, com eloquência o aumento do salário-mínimo para chegarmos aí a cem dólares no Governo Fernando Henrique Cardoso, porque em não conceder isto ao trabalhador brasileiro seria uma afronta à soberania nacional, estávamos entregando o nosso dinheiro aos banqueiros e ao FMI. E agora, envergonhados, estão tentando, no engodo, mostrar à população brasileira que seu discurso realmente ainda é convincente, porque vão apresentar uma proposta sabendo já que o Presidente vai vetar. Por quê? Porque...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. **Ademar Traiano**

Eu gostaria de concluir, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem precede a qualquer falação, mas desde que pela ordem também tenha consonância com o nosso Regimento. Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não, tem consonância, mas o Deputado Traiano está querendo concluir e, eu aguardo sua conclusão, para depois fazer uma questão de ordem.

O Sr. **Ademar Traiano**

Serei breve, Deputado Vanhoni.

Portanto, Deputado Rossoni, eu acho que é oportuno, o seu pronunciamento; encontra guarida na sociedade brasileira, hoje. Com certeza é aviltante o que se faz com o País neste momento. Uma coisa é estar na frente das fábricas discursando, tentando mexer com o sentimento nacional, com o coração das pessoas. Outras coisa é estar atrás da mesa tomando decisão. Aí é que está a diferença. E é exatamente isto que o PT não aprendeu ainda.

Rendo-me, rendo-me, sim, ao PT e ao Presidente do Brasil, o Lula, que até está tendo a grandeza de se curvar a algumas decisões para não mexer e não sacrificar ainda mais a economia nacional, porque estamos num momento realmente de extrema dificuldade neste País, porque exatamente falta uma definição político-econômica neste governo para colocar o País no seu verdadeiro lugar.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu não poderia deixar a questão de ordem do ilustre Deputado Vanhoni. Tenho certeza que tem consistência regimental, porque ele tem uma vasta experiência.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não tem problema.

Eu retiro a questão de ordem. V. Exa. está terminando o seu pronunciamento.

Eu lhe aguardo amanhã para que possamos conversar a respeito do assunto que V. Exa. trouxe hoje ao Plenário.

V. Exa. pode ter certeza que eu escutei atentamente as suas observações quanto ao Governo Federal, quanto à conduta do Presidente da República, e amanhã nós teremos oportunidade de fazer um bom debate.

Só gostaria que o senhor, eu vou lhe dar um tempo até amanhã, porque sei que hoje o senhor não teria condições mesmo, mas se o senhor trouxer cinco nomes de Ministros do Governo do Fernando Henrique Cardoso, ou seis nomes para o dia de amanhã, para nós seria muito importante o debate.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu peço desculpas ao ilustre Deputado Vanhoni, porque não lhe dei o aparte, e disse que ele não estava atento ao meu pronunciamento, mas pelo que vi, ele está atento e está querendo cobrir o sol com a peneira. Ele não tem resposta aos 35 Ministros do Governo Lula e me pede cinco, do Fernando Henrique! Vou citar 1, o professor do Palocci, Pedro Malan. Quer mais algum? Rafael Greca de Macedo.

V. Exa. quer mais algum? O professor do Palocci é o Malan. Diz que o único erro e que não está errado no Governo Lula é o Palocci, que segue a cartilha do FHC, que o professor Malan deixou. O resto está tudo errado, porque na verdade falta tudo ao Presidente da República.

Tenho certeza que o Deputado Vanhoni está muito incomodado. Vi esses dias num aparte, aqui. Ele frisou o PSDB. Por quê? Já está no seu calo, as eleições de Curitiba. E eles terão a resposta nas urnas, porque todos conheciam a situação brasileira. Não adianta me candidatar a Prefeito de Curitiba e dizer que não conheço a situação financeira da Prefeitura de Curitiba! E aí eu venho dizer que é culpa do Prefeito anterior! É culpa do Presidente da República! Não é! Quando você se candidata a um cargo, você tem que analisar o que você vai assumir para que você ofereça soluções. Mas, na verdade, as soluções que foram apresentadas eram fantasias de quem sonhava à frente dos sindicalistas e hoje está à frente de um povo brasileiro carente. Não adianta o Presidente Lula ter 90% de aprovação. O que adianta é o povo brasileiro ter os dez milhões de empregos que foram prometidos! E hoje já são onze milhões. É muito melhor do que 90% na pesquisa!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Grande Expediente, terá o tempo por 10 minutos o Sr. Luiz Perin coordenador da FETRAFE Sul, que vai abordar os Srs. deputados com relação à questão dos agricultores atingidos pela seca, principalmente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Com a palavra, por 10 minutos, o Sr. Luiz Perin.

O SR. LUIZ PERIN

Nossa saudação às Sras. e Srs. Deputados.

Quando conversávamos com a Deputada Luciana, perguntávamos se era possível, no dia de hoje, também fazermos uma exposição a esta Casa relatando a situação da agricultura familiar e principalmente no aspecto da estiagem que assola o Estado do Paraná e os outros três Estados da região Sul sendo: Mato Grosso do Sul, Rio Grande e Santa Catarina. Mas, em especial, a região Sudoeste do Estado do Paraná e também a região Oeste. Ou seja, no Paraná, 75 Municípios estão com esse problema da seca, da estiagem, mas em especial aos 27 da região Sudoeste, na qual todos já decretaram estado de emergência. Para podermos realmente nesses Municípios debatermos, discutirmos a situação real em que se encontra a agricultura familiar daquela região.

Queremos agradecer o espaço que a Casa nos oferece para que possamos detalhar pelo menos alguns pontos que são importantes. E também para pedirmos que a Assembléia Legislativa possa também nos dar apoio nessa nossa reivindicação, nessa nossa pauta, nesse processo de luta e de organização. As entidades do Sudoeste há tempos vêm discutindo o problema da estiagem. Primeiro, eu gostaria de dizer que no mês de março, quando se reunia o CEDRAF - Conselho Estadual de Agricultura Familiar, nós levávamos a nossa reivindicação, a nossa preocupação com a questão da estiagem, no Sudoeste do Paraná. Daí para cá, março, abril, fizemos várias reuniões entre as entidades da agricultura familiar, da região Sudoeste, as Secretarias Municipais de Agricultura, enfim, os segmentos da região, para que pudéssemos debater conjuntamente, com a Secretaria Estadual de Agricultura, mesmo com o Governo Federal, na busca de solução, para os problemas da agricultura familiar.

Tendo em vista isso, realmente, temos uma grande preocupação relacionada aos 27 Municípios da Região Sudoeste, que decretaram estado de emergência. Sabemos nós que essa região é essencialmente agrícola. Pelos dados do DERAL, da SEAB, Secretaria da Agricultura, dos segmentos do Governo, na região Sudoeste, foi perda de 180 milhões em todas as culturas, principalmente, da agricultura familiar. Citando alguns produtos: no caso do milho, do feijão, do arroz, mesmo da soja e também do leite. É uma perda significativa para essa região e por que não dizer, para o Estado.

Nesse sentido estivemos também buscando ajuda, a nossa pauta de reivindicação ao Governo Federal, na qual várias audiências foram feitas e concretizadas, na ajuda à Região Sul do Brasil. O Governo Federal tem

destinado em torno de 180 milhões, para as diversas áreas que foram atingidas.

Vamos, junto ao Governo do Estado, há um mês e meio, dois meses, negociando com a Secretaria da Agricultura e temos pelo menos um aceno do próprio Governo do Estado, na nossa pauta de reivindicação e é importante as Sras. e Srs. Deputados terem presente, do que é o básico que esses agricultores familiares, essas entidades, a Secretaria da Agricultura estão pedindo, para poder a agricultura familiar da região Sudoeste sair fortalecida. E não precisar que os agricultores se desfaçam, vendendo as coisas e virem para a cidade.

De imediato ao Governo do Estado - é importante que também a Casa saiba - estamos pedindo recursos para horas/máquina, para podermos alavancar poços açudes, bebedouros para os animais, trabalhando esse processo da água. Estamos reivindicando recursos para semente de aveia, para pastagem de inverno, agora. Porque, se não tiver isso, a nossa produção de leite, da região Sudoeste, que é a segunda bacia leiteira do Estado, pode ser viabilizada e manter os agricultores familiares, permanecendo e produzindo leite. Estamos reivindicando imediatamente recursos para calcário, para que o pessoal possa recuperar o seu solo, antes de começar os plantios do próximo plano/safra. Estamos reivindicando sementes de milho para a próxima safra, principalmente para aqueles agricultores que financiaram, perderam, mas para aqueles que não financiaram, não precisarem se desfazer de capitais, da sua propriedade e continuar produzindo e plantando a sua safra. Estamos pedindo ao governo do Estado, um complemento do Governo federal de 300 reais por família, para cinco mil famílias, que lá não financiaram a sua lavoura e que perderam, através de estiagem, acima de 30% da sua produção. A nossa grande meta aí é justamente agora tentar também buscar este apoio do Governo do Estado, já com audiências marcadas, reivindicando, buscando apoio, também, da Assembléia Legislativa para que possamos, realmente, fazer com que nos nossos cálculos, vinte mil agricultores do Sudoeste possam ser beneficiados, tanto com a ajuda que o Governo Federal vem trazendo, como também a ajuda que esperamos que o Governo do Estado possa fornecer e ser levada para a região Sudoeste, que é a alavanca para discussão e continuidade do processo de esses agricultores continuarem nas suas propriedades.

Então, estamos aqui colocando nossa situação, a situação que as entidades, já preocupadas, fazendo este debate com todos os segmentos, para que realmente possamos, conjuntamente, e trazer para esta Casa, que sabemos que é uma Casa que também pode dar este grande apoio na sustentação de uma região que é realmente grande, são 27 municípios que foram atingidos e possamos buscar este apoio, também, da Assembléia Legislativa, no sentido de fazermos com que essas vinte mil famílias que estamos trabalhando na Região Sudoeste, possam permanecer no campo, possam continuar produzindo, continuar sustentando, também, o cidadão aqui na

cidade. Porque se este agricultor tocar de sair da sua lavoura, com certeza também vai gerar mais problemas, mais desemprego, e vai criar mais problemas tanto para o Governo Federal quanto para o Governo do Estado.

Queremos, aqui, realmente, trazer a preocupação e dizer que por parte das organizações: a FETRAFESUL, sindicatos, as Secretarias da Agricultura, os movimentos da agricultura familiar, estão engajados e estão fazendo aquilo que é possível por parte dos próprios movimentos.

Então, este é um pouco do que queremos deixar aqui nesta Casa, nossa preocupação e fazer com que as Sras. e os Srs. Deputados possam se empenhar junto conosco. Nós tivemos a felicidade, também, desta Casa, com esta preocupação, através da Deputada Luciana, constituir um requerimento e aprovar uma comissão. E esta comissão, com certeza, também vai estar dando apoio para que as reivindicações da agricultura familiar possam ser atendidas. Que esta comissão, realmente, possa acompanhar todas as negociações ao Governo do Estado.

Estão na comissão - acho que é importante para nós, para a sociedade - conhecer os integrantes da comissão: Deputados Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Reni Pereira, Elton Welter e Ademir Bier. A comissão foi instalada para ajudar a debater o problema da estiagem no Estado do Paraná.

Quero agradecer a oportunidade em nome da coordenação, estamos dispostos a construir este processo, junto com a Assembléia Legislativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nós agradecemos a presença da FETRAFESUL, através do Perin e também agradecemos a todos os membros desta comitiva que está reivindicando sindicatos, secretarias municipais de agricultura, enfim, que estão buscando através da sua reivindicação o atendimento dos agricultores atingidos pela seca, principalmente no Oeste e Sudoeste do Paraná. Nós agradecemos, imensamente, também, junto com a Deputada Luciana e os demais Deputados, que esta Assembléia Legislativa está representada nesta Comissão.

Em nome do Presidente Hermas Brandão, gostaria de cumprimentar o Rafael Schincariol e o Danilo de Oliveira, do Diretório da Faculdade de Direito de Jacarezinho, agradecer aos estudantes pela presença.

No horário destinado à Liderança do PTB, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados, solicito usar da tribuna para dar dois recados rápidos. Só queria registrar que hoje teremos a votação desse projeto nosso, que transforma o Presidente da OAB Nacional, Roberto Buzatto, como Cidadão Honorário do Paraná. Trata-se de um excelente advogado, que às suas custas, ao seu trabalho, à sua liderança se tornou um dos únicos Presi-

dentes do Sul do Brasil como Presidente da OAB. Hoje nós estamos votando esse títulos de cidadão honorário do Paraná ao Roberto Buzatto, que é sem dúvida nenhuma, um dos grandes representantes de Ponta Grossa e dos Campos Gerais do Paraná. Por isso solicitaria a todos os companheiros Deputados que nos apoiassem.

Gostaria de solicitar aos Srs. Deputados, porque todos votam aqui e cada um vai ter o dia de votar o seu título. Que cada Deputado procurasse um respeitar o outro. Porque em respeito ao companheiro que está aqui, votei todos os títulos que foram apresentados, em nenhum momento eu votei contra. Todos aqueles que vieram votei em respeito ao companheiro que apresentou aquele título. Porque acho que aquele companheiro quando traz o título aqui é porque ele está querendo prestar uma homenagem a alguém que representa bem este Estado.

Então queria fazer esse pedido, para que nunca mais tenhamos votos contrários aqui ao título proposto por algum Deputado, seja quem for.

Por outro lado, gostaria de dizer que nós estamos encaminhando também alguns requerimentos, entre eles um muito importante. Requer envio de matérias apreciadas na CCJ e com parecer de inconstitucionalidade para a Câmara e para o Senado Federal. Trata-se de um requerimento muito importante, em que eu solicito a esta Presidência para que todas as matérias apresentadas na CCJ, projetos apresentados por nós Deputados e que se julguem improcedentes, inconstitucional, sejam remetidos a Brasília, ao Senado, a Câmara e às suas Comissões como forma de colaboração, para que a Câmara analise o sofrimento que temos aqui em propor leis. Então àquilo que for inconstitucional aqui, estou pedindo nesse requerimento, que seja enviado a Brasília, as Comissões de Brasília da Câmara e do Senado.

Acho que esse requerimento é muito importante e o nosso Presidente, da nossa CCJ, inclusive já concordou, o Hermes Fonseca. Deputado, não tenha dúvida nenhuma que é uma excelente idéia fazer com que todos os projetos inconstitucionais sejam remetidos a Brasília para que sejam adaptados.

Estou apresentado dois requerimentos também me congratulando com o Sr. Ministro da Saúde por liberar as UTIs. Nós temos hoje quase cinquenta UTIs funcionando, para quem tinha dezessete, nós estamos muito felizes.

Acho que Irati também tem mais UTIs e, sem dúvida, nesta parte temos que elogiar o Governo Requião. Vamos continuar votando contra e denunciando. Agora, as coisas boas nós vamos elogiar.

É por isso que estou apresentando hoje votos de congratulações ao Secretário Cláudio Xavier e ao próprio Governador por liberar essas UTIs. Muitas pessoas estavam morrendo em Ponta Grossa, nos Campos Gerais e graças a essas UTIs lá em Irati também estamos conseguindo salvar muitas vidas.

Por isso, apresentamos este requerimento e gostaria de ter o apoio dos companheiros, porque sem dúvida

nenhuma, a saúde em Ponta Grossa, nós temos que admitir, melhorou bastante.

E prova disso Sr. Presidente, quando nós fizemos aquela caminhada a pé até aqui, alguns fizeram gozação, nós viemos pedir pelas UTIs. O resultado está aí. E no Dias das Mães, em homenagem a todas as mães que foram salvas nas UTIs em Ponta Grossa, vamos fazer como os tropeiros faziam antigamente no Rio Grande do Sul a via mão, passando por Ponta Grossa. Sairá uma caravana lá de Ponta Grossa, uma tropiada de mais ou menos vinte cavaleiros que virão no sábado, chegando aqui segunda-feira para agradecer ao Governador pelas UTIs. Nós estaremos participando também dessa cavalgada. Antes pedimos e agora viemos agradecer porque é o que mais julgamos importante, acho que todos sabem disso. Pedir é bom, mas agradecer é melhor ainda.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Para registrar, acompanhando a Sessão desta tarde, o Vereador do PT de Barracão, Sr. Antonio Debona, e as pessoas que o acompanham, Luis Perin, Coordenador da FETRAFE, também está o Sr. Paulo Deola, Presidente da ASSEMA - Associação dos Secretários da Agricultura; e também o Sr. Tibúrcio dos Santos que representa aqui a Coordenação do Núcleo Sindical da Região Sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Uso este espaço do PFL apenas para registrar nos Anais dessa Sessão, espero que não seja verdade aquilo que eu vou falar e a mensagem que eu recebi ainda na semana passada no meu celular. Pois muito bem, o Governo Roberto Requião assumiu o Estado dia primeiro de janeiro, nós estamos hoje no dia 03 de maio. Um ano e quatro meses da administração do Governo, 25% de aumento na energia elétrica. E veja a mensagem que eu recebo no meu celular, Sr. Presidente e Srs. Deputados: "A ANEEL publica proposta de revisão tarifária da COPEL que atende 396 cidades do Paraná, a alta pode ser de 8.78%. E aí eu digo: "A COPEL é nossa". E esse aumento dos 25% da mesma forma como faço hoje eu fiz no ano passado, quando também recebi uma mensagem no meu celular, imediatamente alguns Deputados aliados do Governo entraram em contato com a própria COPEL e com o próprio Governo do Estado e desmentiram que isso não seria aplicado. Pois bem, passaram-se dois meses e aplicaram 25% de aumento. O Governador, num passe de mágica, disse que o aumento não seria aplicado, deu desconto de 25% sobre a energia elétrica, e aonde está o desconto hoje? Não existe nem 1% de desconto. 25% de aumento da energia elétrica no Estado do Paraná em quatorze meses de administração do Governador Roberto Requião, e agora recebo mais uma vez uma men-

sagem dizendo que a energia da COPEL pode aumentar novamente 8.78%. E aí eu digo: “A COPEL é nossa”.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PDT, Deputado Barbosa Neto com a palavra.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para expressar aqui a minha indignação contra a atitude do Governador Roberto Requião que na última quarta-feira esteve em Londrina para lançar o programa denominado Leite das Crianças, e que acabou se envolvendo numa fé que repercutiu negativamente em todo o Brasil. Aqui por exemplo no jornal Folha de São Paulo no dia 29 de abril: “Após pergunta Requião torce dedo de repórter. O Governador do Paraná, Roberto Requião, do PMDB, tirou o gravador das mãos do repórter Fábio Silveira do jornal de Londrina e torceu o seu dedo polegar direito ao se irritar com perguntas sobre as críticas que vem fazendo ao Governo Luis Inácio Lula da Silva ontem a tarde em Centenário do Sul. Silveira diz que vai registrar queixa na polícia”. Veja só o que teria dito o Governador para o repórter e colunista do jornal de Londrina: “Você está querendo me jogar contra o Lula”. “Silveira disse que perguntou como fica a relação do Governador com o Partido dos Trabalhadores após as críticas contundentes ao superávit primário. Não ficou apenas nisso. Um comentário de uma outra repórter para que não torcesse o dedo do colega, inclusive ela foi minha colega na UEL, jornalista Vera Barão, o Governador teria dito: “Não se preocupe, não quebro o seu, minha flor, mas homem eu trato como homem”. Temos aqui na capa do referido jornal o Governador ao lado de seguranças de dedo em riste no rosto do repórter Fábio Silveira. E aqui numa outra fotografia, irritado com as indagações do repórter, o Governador segura o pulso do jornalista Fábio Silveira antes de agredi-lo. Aqui está a nota de repúdio assinada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Londrina.

Diz a nota: “Os Sindicatos dos Jornalistas Profissionais de Londrina e do Paraná receberam com indignação a denúncia de que o jornalista Fábio Silveira teria sido agredido pelo Governador Roberto Requião. Segundo o jornalista, seu gravador foi desligado pelo Governador durante uma entrevista na tarde de ontem. Roberto Requião teria tomado atitude em reação às perguntas feitas pelo repórter. As Diretorias dos Sindicatos que representam os jornalistas no Paraná consideram a atitude uma forma de coação e um desrespeito ao exercício da profissão. Pediremos explicações à Secretaria de Estado da Comunicação Social sobre esse lamentável episódio”.

Tomamos a liberdade de encaminhar ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa as matérias abaixo para conhecimento da ABI, quando Fábio Silveira foi vítima de ações truculentas e antidemocráticas do Governador Roberto Requião.

Gostaria de salientar que, enquanto jornalista, enquanto membro da Frente Parlamentar de Comunicação que está em formação nesta Casa, faço minhas as palavras do Sindicato. E gostaria que isso fosse mentira, mas há várias testemunhas que confirmam esse ato de desequilíbrio do Governador. Comprovando o que eu disse há dias, que o Governador precisaria de um tratamento psicológico.

O Sr. André Vargas

Renovo aquilo que falei. Tantos depoimentos que existem, só o do Fábio Silveira seria suficiente. Todos erramos. Eu erro. Mas reconhecer o erro faz muito bem. Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO

Concedo um aparte ao deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouvi o seu pronunciamento e tudo aquilo que a mídia divulgou sobre essa atitude do Governador. Uma atitude agressiva. Mas na minha interpretação o que o Governador queria, com certeza, é um dedo de prosa do repórter.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, já encerrou o tempo do orador que usa a tribuna em dois minutos, nós temos ainda uma Sessão toda para votar e às 17h00 a Deputada Elza toma posse do Conselho da Mulher e é bom que os Deputados lá estejam.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente, vou solicitar ao Deputado Barbosa Neto que conclua a sua falação.

O Sr. Antonio Anibelli

O Deputado me concedeu um aparte e serei super breve. Só para dizer que o Governador me afirmou hoje que jamais torceu o dedo do repórter, que foi levado à sua boca o gravador e ele num ato imediato abaixou porque estava lhe machucando o queixo.

O SR. BARBOSA NETO

Só para registrar e finalizando, Sr. Presidente, trata-se de um jornalista respeitado que está, inclusive, para realizar doutorado em matéria de ciência política, foi meu contemporâneo na Universidade Estadual de Londrina, tive o prazer de ser veterano dele e é perfeitamente uma pessoa saudável, equilibrada e que não merece esse tipo de tratamento.

Com relação ao tempo, gostaria de dizer que todas as vezes que subo a esta tribuna parece que o tempo passa mais rápido para mim...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O senhor é um ótimo orador, por isso que o tempo passa rápido!

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado, no entanto, parece que os outros Deputados não têm a parte de cronometrar o tempo das suas falas tão rigorosa quanto às minhas, mas agradeço esta oportunidade. Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Olha, respeito a sua opinião, Deputado Barbosa, mas não é verdadeira, até porque o senhor teve três minutos e meio além do tempo colocado a sua disposição regimentalmente falando.

Solicito ao Deputado André Vargas que se pudesse presidir esta Sessão, pois tenho um compromisso.

No Horário do Partido dos Trabalhadores com a palavra o Sr. Deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de tecer alguns comentários em cima das colocações do Deputado Rossoni quanto às críticas do salário mínimo. Pena que o Deputado Rossoni não esteja aqui, pois eu gostaria de falar para ele mesmo.

Numa frase do Deputado Rossoni ele disse: “isso que nós ainda não estamos gritando fora, Lula!” E nessa frase me veio uma série de lembranças a cabeça das coisas do passado, que devem ser mágoas do Deputado Rossoni ainda do tempo em que ele se atirou de corpo e alma junto ao Presidente eleito Color de Mello, que levou à Bituruna, atirou-se de corpo e alma na candidatura do Color e que, provavelmente, nessa frase “fora, Lula!”, que ele coloca hoje, talvez haja uma vontade muito grande de, realmente, um dia, poder gritar “fora Lula!”, assim como nós gritamos e as forças progressistas deste país gritaram “fora Color!”

Também gostaria de dizer à Oposição do Governo Federal e mesmo à Oposição aqui do Governo Roberto Requião que eu acho que é preciso ter muita prudência no que falamos. Acho que o Partido dos Trabalhadores errou quando defendeu no passado um salário impossível de ser concretizado, mas o erro de quem está de fora do Governo, de quem nunca assumiu o Governo, pode ser colocado como um erro de principiante, de inexperiência até, agora o erro que o PSDB comete, neste momento, com certeza, é muito mais grave, pois o PSDB, com o seu líder na Câmara dos Deputados, critica o salário-mínimo e afirma que poderia ser melhor. Ora, nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso o mínimo teve um reajuste da inflação apenas, apenas a reposição. O Governo Lula coloca 1,74% de ganho real em cima num reajuste de 8,3 dando um ganho real dentro das suas possibilidades, dentro daquilo que é possível, até porque muitos municípios deste país não suportariam um salário mínimo maior. Muitas prefeituras principalmente do Nor-

deste, que pagam um salário mínimo, não conseguiram se enquadrar dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive, e a Previdência também não suportaria.

Então, uma crítica leve em cima dessa discussão de que o nosso erro, acredito que nós de fora do Governo achamos que poderia ser melhor, maior, acho que precisamos ter um discurso torneado. Se erramos, quem está errando mais ainda é o próprio PSDB que esteve lá e sabe do que é possível e o que se coloca não é possível ser cumprido um salário-mínimo maior pelas mais diversas dificuldades.

E o Deputado Stica colocou a questão do salário família, que de R\$13,48 passa para 20,00 por filho.

Acho que essa é uma maneira inteligente de fazer com que o dinheiro chegue na ponta, naqueles que mais necessitam, fazendo com que o Estado cumpra o seu papel de proporcionar um equilíbrio social de fato. Sem que com isso sejam prejudicadas as Prefeituras, a Previdência, que num todos nós não conseguiríamos passar um reajuste...

Foi um reajuste prudente dentro da responsabilidade de um governo sério e responsável fazendo aquilo que realmente foi possível.

Gostaria também de dizer ao Deputado Elio Lino Rusch que no ano passado quando a COPEL deu um desconto de 25% para os consumidores da energia no Paraná, enquanto no resto do Brasil houve um aumento, o Paraná deu um desconto de 25% e isso significou, fiz o levantamento, que cada família do Estado do Paraná de junho a dezembro deixou de pagar uma conta e meia de energia. E o Estado fez no momento certo, que foi possível, graças a COPEL ser nossa. E, agora, não é possível, é uma decisão administrativa correta também de responsabilidade e de muita prudência daquilo que não é possível.

Gostaria só de concluir, que além do desconto de energia elétrica o Paraná também está cumprindo dentro de um cronograma rigoroso a eletrificação rural que pessoas estão esperando há anos. Está sendo de forma racional. O meu Município, em 2004, resolve todos os problemas de eletrificação rural. São Mateus resolve em 2005 e assim por diante também dentro de um Governo responsável e de forma gratuita, sem cobrar dos agricultores. Também uma façanha porque “A COPEL é nossa”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

PMDB, Liderança do Governo.

O SR. NATÁLIO STICA

Abro mão em nome do horário e da Sessão que vai dar posse à Deputada Elza.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Liderança da Oposição.

O SR. ELIO RUSCH

Serei breve, Sr. Presidente, já que não foi possível o Deputado Pedro Ivo nos conceder um aparte.

Mas, Deputado Pedro Ivo, só fazer uma menção quando se fala “A COPEL é nossa”, porque na época em que o Governo Federal através de uma Resolução, desregulamentava o setor energético do País e todas as empresas públicas e a V. Exa. que foi Prefeito na nossa brilhante Cidade de União da Vitória, sabe muito bem que o Poder Público não tem como competir com uma empresa privada. E se houvesse a desregulamentação total do setor energético e a liberdade das empresas comprar a energia de quem as quisesse, a Copel num futuro não muito distante se tornaria ineficaz diante das empresas privadas que tomariam conta do setor energético do nosso País.

E naquela época se usou o seguinte slogan: “A Copel não dá para vender porque a COPEL é nossa”. E muitos carros no Paraná rodavam e até hoje rodam ainda com o “slogan”, a COPEL é nossa. E qual era o argumento?

Que se a COPEL fosse privatizada, a energia elétrica continuaria aumentando de acordo com os interesses da ANEEL e se a COPEL fosse pública, ela não aumentaria a sua energia. Nós falamos naquela época e está registrado no Anais da Assembléia.

Pois bem! No primeiro momento que o Governador Roberto Requião teve a oportunidade de aumentar a energia, a COPEL aumentou. Lógico que o Governador suspendeu por alguns momentos, fez uma jogada política suspendendo ou dando desconto para a energia no momento, isso nós questionamos, mas hoje todo mundo paga os 25% e agora se anuncia 7,78% de aumento.

Então quando nós falamos, Deputado Pedro Ivo, “A COPEL é nossa”, é para fazer menção àquela época. E falar agora em Eletrificação Rural, ora, a Eletrificação Rural começou no tempo do Ney Braga, depois do Canet e quem intensificou mesmo a Eletrificação Rural foi no tempo do José Richa. Aí sim nós tivemos a descentralização, o levar da energia lá para o interior, para os agricultores e, se não me engano, era o programa “Clik Rural”, apelidado pelo Governador José Richa.

Então, o Requião não tem nada mais do que uma obrigação de continuar fazendo aquilo que nós deixamos para ele fazer! E, aliás, isso ele sabe fazer com muita propriedade, porque no Paranaurbano nós deixamos um bilhão para esse Governador e ele continuou distribuindo e muitos Deputados estão correndo o interior, levando os recursos que foram viabilizados pelo Governo Passado. No “Paraná 12 Meses” foram deixados seiscentos milhões de reais à disposição do Governo do Estado e que estão sendo levados para o interior. Então, temos que lembrar desses fatos, mas não querer dizer do tempo do Fernando Henrique Cardoso, do tempo do Collor ou do tempo do Lula ou culpar os Governos passados. Ora! Tanto o Governo Federal como o Governo Estadual têm que saber que eles são Governos! Vamos parar de culpar os “ex” e vamos começar a administrar! O risco Brasil

está aumentando violentamente e por que isso? Será que também é culpa do Fernando Henrique Cardoso, será que o culpado é também o Collor ou José Sarney ou será que o culpado também é o Jaime Lerner, o Álvaro Dias, o José Richa?

Ora! Cada Governo tem que assumir o seu papel. Governo tem que agir e parar de falar! Era isso o que queria dizer e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Exatamente com cinco minutos, Deputado Elio Rusch.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 043/2004, subscrito pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente, representando o Líder do PT, informando que será designado o Deputado Hermes Fonseca para ser membro da Comissão Especial da Reforma da Constituição. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Indicação nº 014/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando providências visando à construção de um Distrito Policial na Zona Sul de Londrina. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 015/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a estadualização da Estrada Intermunicipal do trecho que vai do Distrito Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão. **À Comissão de Constituição e Justiça**

Indicação nº 016/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a obrigatoriedade das Empresas de Transporte Ferroviário em sinalizar os vagões de trem e estabelece penas. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Expediente subscrito pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, na qualidade de Vice-Líder do PT, constante do expediente, indicando o Deputado Hermes Fonseca para compor a Comissão que irá analisar a Emenda à Constituição Estadual, proposta através da Proposição nº 22/2004. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Natálio Stica, constante do expediente, indicando o Deputado Nelsinho Dal Santos, para substituir o Deputado André Vargas na suplência da CPI do Porto de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Para um aviso inadiável e de interesse desta Casa. Gostaria de convidar os Deputados componentes da Comissão da CPI do Porto de Paranaguá, para as 17h00.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 702, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando licença por 121 (cento e vinte e um) dias, para tratamento de saúde, a partir da presente data. **Aprovado.**

Requerimento nº 732, de autoria dos Deputados Natálio Stica, Antonio Anibelli, Duílio Genari e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 04.05.2004 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 002/2004. **Em votação.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Esse requerimento não se discute, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Não é o que diz o artigo 107. Porque o que não está proibido, é permitido.

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O artigo 107 do Regimento Interno não proíbe que seja requerida a discussão. Automaticamente, sendo requerida a Discussão, adia-se na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

O parágrafo 2º do artigo 107 que V. Exa. cita, diz: “o requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter, desde logo, o objeto, o dia e a hora da reunião”.

Portanto, está recebido na forma do artigo 107 do Regimento Interno.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/2004, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECERES APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ SOBRE AS EMENDAS. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO
APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 001/2004**

P A R E C E R :

Oriundo de Mensagem Governamental o Projeto de Lei nº 001/2004 institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná.

Em segunda discussão no Plenário desta Casa de leis, o projeto recebeu 06 emendas:

EMENDA Nº 01 - Modificativa:

- acrescentou o termo “sustentáveis” ao inciso II;
- modificou o termo consultoria técnica por “assistência” técnica; e
- retirou o CONDERPA (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agrícola), remetendo a definição das linhas prioritárias de financiamento à Lei 9917 de 30 de março de 1992.

Acolheu-se esta emenda haja vista o aprimoramento do texto a que a mesma se propôs (no acréscimo e substituição dos termos, respectivamente). Quanto ao texto que remete à Lei 9917/92, este Relator entende que o Poder Executivo, nas ocasiões de regulamentação deverá definir o Conselho próprio que avaliará as operações de crédito deste Programa.

EMENDA Nº 02 - Modificativa:

Esta emenda aprimorou o texto, dando ao mesmo clareza de compreensão.

EMENDA Nº 03 - Modificativa:

Esta emenda apenas aprimorou a redação do texto original, dando maior clareza ao mesmo.

EMENDA Nº 04 - Modificativa:

Retirou-se a palavra “Não” substituindo-se por “Poderá”, uma vez que o PRONAF permite a concessão de mais de um financiamento por produtor, desde que haja a disponibilidade de recursos quando desta segunda operação.

EMENDA Nº 05 - Aditiva:

A emenda adiciona autorização ao Poder Executivo para que o mesmo possa abrir Crédito Suplementar para aumento do aporte financeiro inicial do Programa.

Prevê-se que este é um Programa que deverá gerar uma grande demanda de inscritos. O Governo do Estado já está buscando alternativas para que haja maior aporte de recursos iniciais buscando aumentar o número de agricultores a serem beneficiados.

Este dispositivo permite que o Governo realize este aumento de recursos através de abertura de Crédito aos recursos já previstos no Orçamento deste exercício que são de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o Fundo de Aval.

EMENDA Nº 06 - Modificativa:

Aumentou a alavancagem de 10 (dez) para 30 (trinta) vezes o patrimônio líquido.

Este dispositivo permite que se amplie em muito o Programa, tendo a Secretaria da Agricultura já recebido a anuência dos principais agentes financeiros que o garantirão.

Diante do acima exposto, este Relator acolheu as Emendas na forma do Substitutivo Geral em anexo, apresentando ainda subemenda (em anexo) que trata de fonte de receitas para o Fundo de Aval, em complementação à emenda nº 05 (acolhida por este Relator).

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Jocelito Canto, Duílio Genari, Marcos Isfer, Elza Correia, Durval Amaral, Delegado Bradock, Chico Noroeste, 1 ilegível.

**SUBEMENDA ADITIVA DA CCJ,
ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 001/2004**

Adicione-se ao artigo 5º, inciso VII com a seguinte redação:

“Art. 5º -...

...

VII - transferidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE”.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
ELTON CARLOS WELTER - Relator

**SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 001/2004**

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamentos contratados com agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, ou por lei federal que vier a sucedê-lo ou alterar o referido decreto.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei consideram-se como beneficiários os agricultores familiares enquadrados no PRONAF de acordo com as normas estabelecidas no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil - BACEN.

Art. 2º - O Fundo de Aval tem por objetivo democratizar, fomentar, socializar e aumentar a competitividade das atividades econômicas, de forma compatível com o Meio Ambiente no Estado do Paraná através da facilitação do acesso ao crédito rural, concedendo garantias à contratação de financiamentos aos beneficiários do PRONAF, de forma individual, grupal ou organizados em associações e cooperativas.

Art. 3º - O Fundo de Aval contará com o aporte inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, para, respeitados os limites e diretrizes da Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal, prestar garantias à contratação de financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais de crédito, federais, estaduais e municipais, inclusive cooperativas habilitadas a operacionalizar o PRONAF.

§ 1º - As instituições financeiras oficiais de crédito e cooperativas referidas no *caput* deste artigo só poderão utilizar o Fundo de Aval mediante celebração de convênios específicos com o Estado do Paraná que, necessariamente, versarão sobre:

I - obrigações dos agentes financeiros;

II - procedimentos operacionais;

III - o cumprimento do aval por parte do Fundo de Aval;

IV - recuperação dos créditos em caso de inadimplência;

V - outros procedimentos e normas que assegurem o pleno funcionamento do Fundo de Aval.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar para aumento do aporte de recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 4º - As garantias à contratação de financiamentos previstas nesta lei destinam-se:

- I - à realização de investimentos fixos e semi fixos;
- II - à implantação de novos empreendimentos produtivos rurais sustentáveis;
- III - ao financiamento de capital de giro;
- IV - a operações de custeio agrícola, pecuário e extrativista;
- V - comercialização de produtos agropecuários e implantação de agroindústrias de base familiar;
- VI - à contratação de consultoria técnica.
- VII - à produção e comercialização de produtos.

§ 1º - Somente serão avalizadas com recursos financeiros do Fundo de Aval as operações de crédito que forem enquadradas no PRONAF e nas linhas prioritárias de financiamento definidas na forma da Lei nº 9.917, de 30 de março de 1992.

§ 2º - As garantias do Fundo de Aval poderão ser concedidas conjuntamente com outras prestadas por diferentes fundos de avais e/ou instituições similares, em atuações complementares, conjuntas ou isoladas, visando a viabilização de operações de crédito aos beneficiários previstos no artigo 2º desta Lei.

Art. 5º - Constituem receitas de Fundo de Aval os recursos financeiros:

- I - oriundos do Orçamento Geral do Estado do Paraná, transferidos pelo Tesouro Estadual;
- II - transferidos por instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, participantes de projetos de parceria com o Fundo de Aval;
- III - oriundos de doações de qualquer natureza;
- IV - resultantes dos rendimentos de aplicações financeiras;
- V - oriundos de recuperação de valores de avais honrados pelo Fundo de Aval;
- VI - resultante da revisão de saldos não aplicados.

Parágrafo Único - O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo de Aval.

Art. 6º - O Decreto regulamentar desta lei estabelecerá:

- I - as condições gerais para a concessão de aval pelo Fundo de Aval;
- II - os níveis máximos de garantias a serem adotados nas operações de aval;
- III - as condições de efetivação do provimento dos recursos financeiros pelo Fundo de Aval.
- IV - o prazo máximo de garantia do aval, o qual deve coincidir com o prazo de financiamento pactuado, e, em caso de prorrogação total ou parcial deste, a garantia do aval poderá se estender a novos prazos, a serem pactuados de acordo com a legislação específica do BACEN;
- V - o público alvo a ser contemplado dentro das diversas categorias de produtores no PRONAF.

Art. 7º - O beneficiário de aval previsto nesta lei que, injustificadamente, não honrar os seus compromissos financeiros com as instituições oficiais de crédito conveniadas com o Estado do Paraná, para o fim nela previsto, resultando na utilização de recursos financeiros do Fundo de Aval para cobrir o montante do financiamento que foi por ele avalizado, não poderá ter qualquer tipo de relacionamento contratual, comercial e financeiro com a administração estadual, direta e indireta, especialmente na realização de obras, prestação de serviços e fornecimento de bens e materiais de consumo de qualquer tipo, enquanto o seu débito não for pago.

Parágrafo Único - Caso o beneficiário seja pessoa jurídica, aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos seus acionistas, quotistas ou sócios.

Art. 8º - Poderá ser concedida nova garantia de Fundo de Aval antes da quitação da operação inicialmente concedida, quando destinado para a mesma finalidade, respeitadas as normas gerais do Manual de Crédito Rural - MCR.

Art. 9º - Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Comitê Gestor Intersecretarial do Fundo de Aval, de caráter deliberativo, a quem compete as decisões relativas à administração geral do Fundo de Aval, baixar instruções normativas complementares à operacionalização, organização administrativa, contábil, financeira, orçamentária e à concessão de garantias à contratação de financiamento de que trata esta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará:

I - a composição e o regimento interno do Comitê Gestor Intersecretarial Estadual atuará nos municípios em consonância com os planos de desenvolvimentos rurais - PDR, na análise das prioridades e beneficiários do Fundo.

Art. 11 - Os recursos financeiros do Fundo de Aval serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, através de instituições financeiras oficiais de crédito conveniadas.

Art. 12 - Aplica-se à execução do Fundo de Aval as normas públicas que regem a legislação orçamentária e financeira, a legislação processual específica para cobrança dos créditos tributários e não-tributários do Estado, bem como, no que couber, as normas gerais constantes do Manual de Crédito Rural - MCR do Banco Central do Brasil, nos termos do decreto regulamentar.

Art. 13 - O Fundo de Aval estará sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar.

Art. 14 - Em caso de inadimplência, e uma vez esgotadas todas as medidas legais devidas à cobrança, e pós o trânsito em julgado, os bens adquiridos, objetos do financiamento ou o valor monetário correspondente, serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Art. 15 - A gestão financeira do Fundo de Aval será exercida pela Agência de Fomento do Paraná S/A, devendo obedecer as decisões tomadas pelo Comitê Gestor Intersecretarial.

Parágrafo Único - O registro, o controle contábil e financeiro do Fundo de Aval, bem como das concessões de avais serão realizados por setor próprio da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 16 - Os riscos operacionais decorrentes dos avais concedidos serão assumidos pelo Fundo de Aval, limitados ao seu patrimônio líquido.

Art. 17 - Fica limitada a alavancagem de cobertura do Fundo de Aval, na concessão de garantias de crédito de operações, em até 30 (trinta) vezes o seu patrimônio líquido.

Art. 18 - A extinção do Fundo de Aval dar-se-á mediante aprovação de lei, sendo que os recursos existentes serão revertidos aos cofres públicos estaduais.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 405/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatório que hotéis, pensões, pousadas e albergues mantenham ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos.

§ 1º - Para efeito desta lei, considera-se crianças a pessoa até 12 anos de idade incompletos.

§ 2º - Não supre a obrigatoriedade de identificação da criança o fato de estar a mesma acompanhada dos pais ou de representantes legais.

Art. 2º - A ficha de identificação, a ser preenchida com base em documento oficial da criança e da pessoa responsável que com esta estiver, deverá conter:

I - o nome completo da criança;

II - o nome completo dos pais;

III - o nome completo da pessoa que estiver acompanhando a criança, não sendo os pais;

IV - a naturalidade da criança;

V - a data de nascimento da criança;

VI - data da entrada e saída do estabelecimento.

§ 1º - Se a criança possuir carteira de identidade, deverá ser anexada uma fotocópia da mesma à ficha de identificação da criança. Na impossibilidade de se anexar uma fotocópia da carteira de identificação desta, o responsável pelo preenchimento deverá anotar na mesma os dados constantes no documento de identidade.

§ 2º - Se a criança não possuir documento que a identifique, tal fato deverá, obrigatoriamente, ser comunicado ao Conselho Tutelar e à Delegacia de Polícia local, sendo também obrigatório, neste caso, a anexação à ficha de identificação de fotocópia da carteira de identidade dos pais ou acompanhantes à ficha de identificação desta, o responsável pelo preenchimento deverá anotar na mesma os dados constantes nos documentos de identidade.

Art. 3º - A ficha de identificação de que trata esta lei poderá ser criada mediante a utilização de recursos de informática, desde que atendidos o artigo 2º e os parágrafos 1º e 2º.

Art. 4º - A ficha de identificação, ou os dados da ficha informatizada deverão ficar armazenados em poder dos estabelecimentos por prazo não inferior a 10 anos.

Art. 5º - A ficha de identificação e os dados constantes na mesma serão fornecidos somente mediante requisição da autoridade policial, dos representantes do Ministério Público e ou do Poder Judiciário.

Art. 6º - Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão manter em lugar visível, cartaz comunicando a obrigatoriedade do preenchimento da ficha de identificação da criança de até 12 anos e o número da presente lei.

Art. 7º - Os estabelecimentos deverão adequar-se à presente lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Verificado o não cumprimento desta lei aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

I - notificação por escrito;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), reajustados com base no índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 1º - Da data da notificação, os estabelecimentos notificados terão o prazo de 30 dias para a adequação à presente lei.

§ 2º - Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem que seja observada a presente lei, aplicar-se-á a multa prevista no inciso II, concedendo-se o prazo de 15 (quinze) dias para que se proceda à devida adequação, ao final do qual, persistindo a violação, será comunicado à Prefeitura, para que casse o alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 9º - O valor arrecadado com a aplicação da multa será integralmente repassado ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA.

Art. 10 - A fiscalização do cumprimento da presente lei ficará a cargo da Secretaria de Estado responsável pela política de atendimento à criança e ao adolescente, na forma da regulamentação expedida pelo Poder Executivo, do Ministério Público, do Conselho Tutelar e da Prefeitura Municipal, no âmbito de suas atribuições.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Festival Estadual de Teatro Estudantil, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Educação e/ou da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 561/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Festival Estadual de Teatro Estudantil, destinado a fomentar a organização de grupos de teatro nas escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, mediante a realização de oficinas de formação e montagem de grupos teatrais amadores em cada unidade educacional, na forma desta lei.

Art. 2º - O Festival Estadual de Teatro Estudantil, que se realizará anualmente, será a última etapa das oficinas de fomento de grupos de teatro nas unidades da Rede Estadual Pública de Ensino, e serão ministradas por instrutores designados pela Secretaria Estadual da Educação e/ou Secretaria Estadual da Cultura, que poderá contratá-los para este fim.

Art. 3º - A seleção dos grupos teatrais candidatos aos prêmios do Festival Estadual de Teatro Estudantil, será feita por categorias, por idade e região, e a premiação consistir-se-á, também, em incentivo e apoio para apresentação dos grupos selecionados em todo o Estado do Paraná, e será feita pela Secretaria de Estado da Educação e/ou pela Secretaria de Estado da Cultura, mediante composição de Comissão Especial que deverá ser formada por no mínimo 05 (cinco) membros a serem nomeados pelo respectivo Secretário da Pasta responsável.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Educação e/ou Secretaria de Estado da Cultura fixará, num prazo de noventa dias, as demais diretrizes gerais do Festival Estadual de Teatro Estudantil, e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 5º - Os recursos do Festival Estadual de Teatro Estudantil terão origem:

I - no orçamento da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Estado da Cultura, especialmente destinados ao Festival Estadual de Teatro Estudantil;

II - através de recursos do Fundo Estadual de Cultura;

III - em outras fontes.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 738/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrancadão de Tratores no Município de Maripá. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CT. Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2003, de 10/12/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 738/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei ora em análise, de autoria do Deputado Ademir Bier, dispõe sobre a inclusão no Roteiro Turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrancadão de Tratores, no Municí-

pio de Maripá, que será realizado no segundo final de semana do mês de novembro de cada ano.

A referida proposta, tem a finalidade precípua, em contribuir para o desenvolvimento do Município e das localidades vizinhas. Através da promoção de eventos, já considerada tradição do Município de Maripá, e, com a inclusão do Arrancadão de Tratores no Roteiro Turístico, beneficiará, em muito, os vários setores da sociedade, bem como, proporcionando um atrativo turístico aos munícipes da região.

Neste sentido, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta o parecer favorável à sua aprovação, inexistindo qualquer óbice, quanto a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI Nº 738/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão no Roteiro Turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrancadão de Tratores, no Município de Maripá.

Sobre a matéria já podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos conforme consta na justificativa do projeto em tela, que o evento do Arrancadão de Tratores no roteiro turístico irá trazer um grande público para o Município e região, conseqüentemente tendo um grande benefício para o comércio de Maripá.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.04.2004.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Antonio Busato. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 003/2004, de 18/02/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 021/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 021/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Roberto Antonio Busato.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e da Lei Estadual nº 13.155, de 14 de fevereiro de 2001, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

A votação será secreta.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal.

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Eu solicitaria aos companheiros que votassem SIM. Trata-se de uma importante homenagem a este grande representante do Paraná, que é Presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Pediria o apoio de todos os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Felipe Lucas**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Quarenta e um Deputados votaram.

Designo a Comissão dos Deputados: Geraldo Cartário, Reni Pereira e Francisco Bühner para fazerem a contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Registro a presença da Deputada Federal do PT, Selma.

O SR. JOCELITO CANTO

Queria fazer a saudação à Deputada Selma, essa guerreira, que tem orgulhado a nossa região dos Campos Gerais. Tem representado com muito respeito e é responsável por uma das UTI's que temos em Ponta Grossa. Ela sempre terá o nosso elogio. Faz um grande trabalho. É uma pessoa trabalhadora, que merece e receberá sempre o meu apoio, primeiro, porque é gaúcha; segundo, porque é uma pessoa trabalhadora deste Estado do Paraná, merece o nosso elogio, Sr. Presidente e é do vosso partido, no qual tenho simpatia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Tenho ajudado o governo Lula a ajudar o Paraná.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queríamos aproveitar também para agradecer e registrar a presença do Vereador Geiel, o Vereador mais votado do Município de Ibaiti, que nos enaltece com sua presença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Agradecemos a presença do Vereador. A Casa fica bastante feliz também. Está aqui também o Vereador João Barbiero do PL, nosso amigo, de Ponta Grossa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Felipe Lucas**)

Sr. Presidente, 41 (quarenta e um) Deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Aprovado o projeto, que concede título de Cidadão Honorário ao Presidente da OAB, em 1ª Discussão, Dr. Roberto Busato.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, gostaria de agradecer aos Srs. Deputados, que por unanimidade votaram favoráveis. Ficamos felizes, primeiro, pela unanimidade desta Casa. Dr. Roberto Busato merece.

Muito obrigado a todos os companheiros.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que altera a Lei nº 8687/87, que declara de Utilidade Pública Estadual o Departamento de Ação e Promoção Social Vó Durvina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2004, de 16/03/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Marcos Isfer, altera a Lei nº 8.687/87, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Ação Social e Promoção Social Vó Durvina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlética e Desportiva Industrial Pindorama - AADIP, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA

CCJ. (**Publ. em 05/04/2004, no DA nº 023/2004).** **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 097/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação Atlética e Desportiva Industrial Pindorama - AADIP, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 12.357, de 08/12/98, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. em 13/04/2004, no DA nº 026/2004).** **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 121/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 12.357, de 08/12/98, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Encontra-se neste recinto o 1º suplente, Deputado Nelson Dal Santos, de Prudentópolis. Convido os Deputados Natálio Stica e Pedro Ivo, para introduzirem o 1º Suplente, a fim de que faça o juramento e tome posse nesta Casa.

O SR. NELSON DAL SANTOS
(**Presta juramento**)

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Declaro empossado e solicito que tome assento no Plenário, na Bancada.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Gostaria de aproveitar e desejar nossas mais cordiais boas vindas ao Deputado Nelson Dal Santos, que representa o Município de Prudentópolis e a região. Região esta que também representamos. Sabemos da sua capacidade e do seu objetivo e esperamos que ele tenha, sem dúvida alguma, a oportunidade de desenvolver bons projetos e ajudar-nos, assim como também o Deputado Felipe Lucas e todos os outros, que representamos, a ajudar no desenvolvimento daquela região.

Boas vindas ao Deputado Nelson Dal Santos.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Também nós, enquanto Deputado do PT, recebemos o Deputado Nelson Dal Santos, dando boas vindas, para que ele possa bem desempenhar sua tarefa e ajudar a consolidar as mudanças que o Paraná precisa.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na última quarta-feira nós aprovamos no Plenário desta Casa, um requerimento convidando o Dr. Gilberto Griebler para que estivesse hoje, no Plenário, no Grande Expediente, para prestar esclarecimentos sobre a transação entre a COPEL e o Grupo ELEJOR. Efetivamente, o Diretor da COPEL não compareceu, a Mesa não comunicou a razão pela qual o Diretor da COPEL não compareceu. Eu queria saber se a Mesa da Assembléia Legislativa recebeu algum comunicado oficial e se já está marcada uma nova data para a presença do Dr. Gilberto Griebler.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

A Mesa não recebeu nenhuma informação oficial e fará o empenho necessário para o agendamento para que o Dr. Gilberto Griebler aqui compareça.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

E que nos seja comunicado com a antecedência devida para preferencialmente, se me permite sugerir, segunda-feira ou quarta-feira. Haja vistas, que todos os Deputados da Oposição já estavam devidamente preparados para esse questionamento no Plenário que acabou não ocorrendo.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Acabo de receber aqui um fax datado de 03/05.

(Lê): “Prezado Deputado Natálio Stica, Líder do Governo. Acuso o recebimento do convite formulado à minha pessoa para esclarecimento do aumento de participação da ELEJOR. Infelizmente nos dias 3, 4 de maio, participo de evento já agendado anteriormente na Cidade de São Paulo. Fico entretanto

à disposição para atender o solicitado a partir do dia 11 do corrente. Atenciosamente Gilberto Griebler.”

Então, a partir de 11 é só V. Exa. escolher uma data e o Sr. Gilberto Griebler estará aqui fazendo esclarecimentos.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Se V. Exa. concordar poderia deixar marcado para a próxima quarta-feira dia 12.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Portanto dia 12 teremos a presença do nosso convocado.

Requerimento nº 713, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Eu não percebi no momento, mas acredito que o Diretor da COPEL tenha cometido um equívoco porque ele deveria comunicar isto à Mesa, não ao líder porque ele foi convocado pela Assembléia Legislativa. Aprovado esse requerimento.

Então qualquer comunicado ele teria que se entender com a Mesa, não com o Líder do Governo.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Ele está mandando à Mesa Executiva conforme de praxe. Só que sabemos que hoje era o dia que deveria estar aqui e não dando condições de aqui estar porque tem a viagem a São Paulo, mandou-me, porque sabia que faria chegar a plenário. Mas a Mesa receberá o trâmite normal amanhã ou depois.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Eu coloco essa minha preocupação e ela é cabida, porque eu estava preparado hoje para essas questões. Na próxima quarta-feira eu não estarei.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

É lamentável, mas como se tratava de um convite, nós dependemos da agenda do Diretor.

A Bancada do PT indica o Deputado Nelson Dal Santos para substituir este Deputado na suplência da CPI do Porto de Paranaguá. Ao D.L. para os devidos procedimentos.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para, com profundo pesar, anunciar a morte no dia de hoje do empresário artístico Everaldo Castelo de Barros, ele foi acometido de um infarto fulminante e está sendo velado no Cemitério Parque Iguaçu.

Portanto, quero que seja, se possível essa Presidência, fazer comunicar a família do ilustre falecido os votos de mais profundo pesar deste Deputado amigo e

também pela consideração que deve esta Casa e o Paraná a esse ilustre paranaense que foi infelizmente se foi, no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Requerimento nº 692, de autoria do Deputado Her-
mas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 693 a 695, 697 e 699 de autoria
do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 696, de autoria do Deputado
Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 698, de autoria dos Deputados
Plauto Miró Guimarães e Jocelito Canto, constante do
expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 701, 705, 706, 707 e 708, de
autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expedi-
ente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 704, 711, 712 e 716, de autoria
do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 709, de autoria do Deputado Art-
agão Júnior, com apoio do Deputado André Vargas,
constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legisla-
tiva.

Requerimento nº 714, de autoria do Deputado
André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 717, de autoria do Deputado Nel-
son Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-
toria Legislativa.

Requerimento nº 719, de autoria do Deputado Reni
Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria
Legislativa.

Gostaria de convidar a todos para a posse da Depu-
tada Elza Correia do Conselho Estadual da Mulher que
está se realizando neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a
presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04,
à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 739/03,
030, 059 e 063/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 783/2003, 021,
066, 097 e 121/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e quatro, reuniu-
se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala
de Reuniões das Comissões sob a presidência do Sr. Depu-
tado Tadeu Veneri. havendo número legal, o Sr. Presi-
dente deu início à Sessão, agradecendo a presença de
todos, em especial dos representantes do Corpo de Baile
e da Orquestra do Teatro Guaíra, e que esta Comissão
tem como objetivo ouvir as reivindicações e as propostas
da classe, em sugerir ao Poder Executivo implantação e
editais para Concurso Público para reposição do quadro
de pessoal desta Instituição. Na seqüência o Sr. Presi-
dente sugeriu que fosse marcada uma Audiência com o
Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana junta-
mente com a Secretária da Cultura, Vera Mussi. APRO-
VADO. O Sr. Presidente passou à Ordem do Dia: 01)
Projeto de Lei nº 435/2003 e 452/2003 (anexados), de
autoria dos Deputados Arlete Caramês e Antonio Ani-
belli, respectivamente, que dispõe sobre o fornecimento
de alimentação especial nas escolas da Rede Pública de
Ensino. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer
FAVORÁVEL ao Substitutivo da CCJ - APROVADO. 02)
Indicação nº 03/2004, de autoria da Deputada Elza
Correia, que solicita providências visando a construção
de uma Escola Estadual no Parque Universidade, no
Município de Londrina. Relator: Deputado Ratinho
Júnior. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada
mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabal-
hos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária
da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e apro-
vada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para
que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil
e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se
a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado
Ademar Luis Traiano. Havendo número legal, o Sr.
Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e apro-
vada a Ata da reunião anterior, passando em seguida

para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 405/2003 e 561/2003. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Balancetes:

OFÍCIO Nº 005/2004

Curitiba, 22/04/2004

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JANEIRO/2004, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 01 Data:31/01/2004
---	---------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.900.000,00	13.900.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.900.000,00	13.900.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.000.000,00	14.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	299.475,00	299.475,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	299.475,00	299.475,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	299.475,00	299.475,00
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	9.229.421,96	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	9.229.421,96	9.229.421,96
TOTAL	23.528.896,96	23.528.896,96

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2002	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/2004
---	---------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	10.017.922,29	10.017.922,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.724.892,29	8.724.892,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.293.030,00	1.293.030,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	10.017.922,29	10.017.922,29
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	31.205,88	31.205,88
PAGAMENTOS	31.205,88	31.205,88
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	2.000,00	2.000,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.000,00	2.000,00
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	33.205,88	33.205,88
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.477.768,79	13.477.768,79
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.477.768,79	13.477.768,79
TOTAL	23.528.896,96	23.528.896,96

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

OFÍCIO Nº 006/2004

Curitiba, 22/04/2004.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Fevereiro	MÊS: Fevereiro Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 01 Data:29/02/2004
---	-----------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	15.700.000,00	29.600.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	15.700.000,00	29.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	200.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.800.000,00	29.800.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	145.057,72	444.532,72
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	145.057,72	444.532,72
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	145.057,72	444.532,72
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.477.768,79	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	13.477.768,79	9.229.421,96
TOTAL	29.422.826,51	39.473.954,68

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Fevereiro ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Fevereiro Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 29/02/2004
--	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	11.830.863,22	21.848.785,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.020.904,32	18.745.796,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.809.958,90	3.102.988,90
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	11.830.863,22	21.848.785,51
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	471.922,55	503.128,43
PAGAMENTOS	471.922,55	503.128,43
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	2.000,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.000,00
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	471.922,55	505.128,43
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	17.120.040,74	17.120.040,74
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	17.120.040,74	17.120.040,74
TOTAL	29.422.826,51	39.473.954,68

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenadoria de Contabilidade

OFÍCIO Nº 007/2004

Curitiba, 22/04/2004.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MARÇO/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Março	MÊS: Março Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 01 Data:31/03/2004
---	-------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.900.000,00	43.500.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.900.000,00	43.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	300.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.000.000,00	43.800.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	436.636,87	881.169,59
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	436.636,87	881.169,59
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	436.636,87	881.169,59
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	17.120.040,74	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	17.120.040,74	9.229.421,96
TOTAL	31.556.677,61	53.910.591,55

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Março	MÊS: Março Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/03/2004
---	-------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	15.573.644,97	37.422.430,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.136.421,17	31.882.217,78
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.437.223,80	5.540.212,70
DESPESAS DE CAPITAL	17.214,50	17.214,50
INVESTIMENTOS	17.214,50	17.214,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	15.590.859,47	37.439.644,98
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	43.908,91	547.037,34
PAGAMENTOS	43.908,91	547.037,34
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	218.880,50	220.880,50
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	218.880,50	220.880,50
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	262.789,41	767.917,84
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	15.703.028,73	15.703.028,73
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	15.703.028,73	15.703.028,73
TOTAL	31.556.677,61	53.910.591,55

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenadoria de Contabilidade